



## 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo

Oficial de Registro: Robson de Alvarenga

Rua Líbero Badaró, n. 425 / Pq. Anhangabaú, n. 350 - 28º andar, CEP 01007-040 - Centro  
Tel.: (11) 37774040 - Email: contato@4rtd.com.br - Site: www.4rtd.com.br

### REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

**Nº 720.981 de 20/02/2025**

Certifico e dou fé que o documento em papel, contendo 42 (quarenta e duas) páginas, foi apresentado em 07/02/2025, protocolado sob nº 439.170, tendo sido registrado eletronicamente sob nº 720.981 e averbado no registro nº 23440/A no Livro de Registro A deste 4º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo, na presente data.

#### Denominação

FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA CENTRO PAULISTA DE RADIO E TV EDUCATIVAS  
CNPJ nº 61.914.891/0001-86

#### Natureza:

ATA

São Paulo, 20 de fevereiro de 2025

Cesar Augusto Lima de Avelar  
Escrivente

Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 330,74	R\$ 93,82	R\$ 64,23	R\$ 17,53	R\$ 22,65
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 15,74	R\$ 6,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 551,63



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site: [servicos.cdtsp.com.br/validarregistro](http://servicos.cdtsp.com.br/validarregistro) e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qrcode.

00241663001444004



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:

<https://selodigital.tjsp.jus.br>

Selo Digital

1134804PJBB000032724AA25D

**ILMO. SR. OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA CAPITAL – SP**

Eu, Fabio Luiz Pereira Magalhães, de nacionalidade Brasileira [REDACTED]  
[REDACTED] residente a [REDACTED]  
[REDACTED], representante legal da PESSOA JURÍDICA  
denominada FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA- CENTRO PAULISTA DE RÁDIOS E TV  
EDUCATIVAS - 61.914.891/001-86, com sede à Rua Vladimir Herzog nº 75, Água Branca,  
05036-900, São Paulo –SP, vem requerer, nos termos do art.121 da LEI 6.015/73 e da Lei  
10.406/02, o registro / averbação do instrumento em anexo, juntando 02 vias de igual teor e  
forma.

Nestes termos, pede deferimento

São Paulo, 16 de dezembro de 2024.



Assinatura do representante legal

Fabio Luiz Pereira Magalhães  
Presidente do Conselho Curador  
Fundação Padre Anchieta

PRENOTADO  
4º RCPJ/SP

Promotoria de Justiça Cível

**MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
DESPACHO****PAA.I Nº 0639.0000183/2022**

Vistos.

Trata-se de requerimento formulado pela **FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA** para análise e aprovação das seguintes atas:

**a) Ata da Reunião Ordinária do Conselho Curador**, realizada no dia 09 de outubro de 2024 (fls. 2157/2192- Item 0286).

A Ata veio acompanhada do edital de convocação (fls. 2156), da lista de presença (fls. 2193) e extrato da ata (fls. 2257/2260).

**b) Ata da Reunião Ordinária do Conselho Curador**, realizada em 13 de novembro de 2024 (fls. 2224/2254 - Item 0292).

A Ata veio acompanhada do edital de convocação (fls. 2223), da lista de presença (fls. 2256/2261) e extrato da ata (fls. 2257/2260).

**c) Livros Diário de janeiro a dezembro de 2023** (fls. 2199/2222 - Item 0291).

**É o relatório.**

PRENOTADO  
4º RCPJ/SP

---

Promotoria de Justiça Cível

Após análise das atas e livros mencionados, cotejados com o Estatuto Social da Fundação, verifica-se que preenchem os requisitos formais.

Assim, com fundamento no artigo 129, inciso IX, da Constituição Federal, no artigo 296, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 734/93, no artigo 186 e seguintes do Ato Normativo 675/2010 PGJ-CGMP, bem como nos itens XVIII/1.2 e XIX/27 do Provimento 58/99 - Tomo II – CGJ-SP, **AUTORIZO O REGISTRO** das mencionadas atas e dos livros diários, determinando expedição de ofício via *e-mail* ao Cartório Extrajudicial respectivo com a cópia dos documentos aqui aportados, bem como à Fundação, para prosseguimento e conclusão do procedimento.

Ressalto que a presente autorização se atém exclusivamente às questões formais, não importando em análise do conteúdo aritmético dos registros contábeis, que serão objeto de exame pelo Ministério Público por meio da prestação de contas apresentada anualmente neste Órgão Ministerial, na forma do artigo 193, *caput*, do Ato Normativo nº 675/2010 – PGJ-CGMP, de 28 de dezembro de 2010, que aprovou o “Manual de Atuação Funcional das Promotorias de Justiça do Estado de São Paulo”, junto ao SICAP.

No mais, não foram prestadas as contas referentes aos exercícios de 2022 e 2023, motivo pelo qual a Fundação deverá providenciar a regularização da prestação de contas junto ao Sistema de Cadastro de Prestação de Contas – SICAP, comprovando-se neste procedimento.

Ciência à Fundação, com cópia desta manifestação, através de e-mail.

São Paulo, 10 de janeiro de 2025

**REGINA PEREIRA ALVES DE AMORIM**

Promotora de Justiça Substituta

(assinatura digital)

---

PRENOTADO  
4º RCPJ/SP

---

Promotoria de Justiça Cível

---

Documento assinado eletronicamente por **REGINA PEREIRA ALVES DE AMORIM**, em 10/01/2025 às 14:35.

Para verificar a autenticidade deste documento, acesse o serviço pelo Atendimento ao Cidadão e à Cidadã, no site do Ministério Público do Estado de São Paulo, e informe o nº do procedimento **0639.0000183/2022** e código **b7e8cf73-18a0-4d5e-a6eb-63412ecd7337**

---

---

PRENOTADO  
4º RCPJ/SP



## EXTRATO

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS, REALIZADA NO DIA TREZE DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.**

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas, Presencial e por Videoconferência, plataforma Zoom. O áudio da reunião foi devidamente gravado. Os Conselheiros que participaram eletronicamente serão considerados presentes na Reunião Ordinária do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta, para todos os efeitos legais. Participaram de forma presencial, os seguintes Conselheiros: **ANDRÉ LAHÓZ MENDONÇA DE BARROS, ANTONIA APARECIDA QUINTÃO, ANTÔNIO JACINTO MATIAS, CLEVERSON PEREIRA DE ALMEIDA** (Repres. do Reitor Mackenzie – Professor Marco Tullio Vasconcelos), **EUGÊNIO BUCCI, FABIO MAGALHÃES, FABIO ARRUDA MORTARA, GUILHERME AMORIM CAMPOS DA SILVA, JOSÉ RENATO NALINI, LÍGIA MARIA CAMARGO S. CORTEZ, LUIZA HELENA TRAJANO, LUÍZA ROMERO DE MORAES, MARCOS MENDONÇA, MARIA ALICE SETÚBAL, MARÍLIA MARTON CORREA** (Secretária de Estado da Cultura e Economia Criativa e Presidente do Conselho Estadual de Cultura), **MARLI QUADROS LEITE** (Repres. do Reitor da USP – Prof. Carlos Gilberto Carlotti Jr.), **MILTON FLAVIO LAUTENSCHLAGER** (Repres. do Presidente da FAPESP – Professor Doutor Marco Antônio Zaggo), **RENATA DE ALMEIDA, RENATO JANINE RIBEIRO.**

Participaram via plataforma eletrônica Zoom, os seguintes Conselheiros: **GAUDÊNCIO TORQUATO, GIOVANNI REA, BEATRIZ BRACHER, DJAMILA TAÍS RIBEIRO DOS SANTOS, GABRIEL JORGE FERREIRA, MALDE VILAS BOAS** (Repres. do Secretário Municipal de Educação - Fernando Padula Novaes), **CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES, MARIA HERMÍNIA TAVARES DE ALMEIDA, RAUL BORGES GUIMARÃES** (Repres. do Reitor da UNESP – Prof. Pasqual Barreti), **REGINA CÉLIA SANTANA** (Secretária Municipal da Cultura), **CRISTINE TAKUÁ, CELSO NISKIER.**

Conselheiros que justificaram ausência: **ALDO VALENTIM, ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES, AUGUSTO RODRIGUES, BIANCA BORGES, EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, LILIA SCHWARCZ, LUCINÉIA ROSA DOS SANTOS, MARIA AMÁLIA PIE ABIB ANDERY, MARIA IZABEL AZEVEDO NORONHA, MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO, RENATA MACHADO TUPINAMBÁ, RENATO FEDER, RICARDO RAMOS FILHO, SAMUEL KINOSHITA, TOMÉ ABDUCH.**

A partir do item 4 da pauta, foram convidados para participar da reunião: **Cristiano Blumenthal, Edson Kawano, Enéas Carlos Pereira, José Roberto Maluf, Paulo Ramos, Márcio Montagner**, membros da Diretoria Executiva e Auditoria Interna do Conselho.

### **ABERTURA**

O Presidente do Conselho, Fabio Magalhães, deu início à reunião com saudações aos Conselheiros, ressaltando a ausência da Diretoria Executiva até o item inicial 3 da pauta, por se tratarem de assuntos internos do Conselho.

O Presidente registrou os seguintes comunicados:

PRENOTADO  
4º RCPJ/SP



1. **Reconhecimento:** Congratulações ao Conselheiro Aldo Valentim pela nomeação em posição de destaque no Ministério do Turismo.
2. **Homenagem Póstuma:** Reconhecimento ao legado do ex-Conselheiro Carlos Cardoso de Almeida Amorim, fundamental para a parceria entre TV Cultura e Fiesp, destacando a relevância histórica da produção da série *Castelo Rá-Tim-Bum*.
3. **Comunicação Institucional:** Informou a assunção de Maria Helena Guimarães de Castro à presidência do Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

O Presidente reiterou a importância de manter como prática a apresentação mensal de informações financeiras, permitindo um acompanhamento contínuo da saúde financeira da Fundação.

#### **APROVAÇÃO DA ATA ANTERIOR**

A ata referente à reunião de outubro de 2024 foi submetida à aprovação dos presentes, sendo aprovada sem alterações.

#### **MANIFESTAÇÃO DA CURADORIA DE FUNDAÇÕES**

O item abordou a manifestação da Promotoria de Fundações do Ministério Público sobre a condição do Conselheiro Vitalício Carlos W. Magalhães, baseada em denúncia anônima e questões relacionadas à sua atuação anterior na Cinemateca Brasileira.

O Conselheiro Guilherme Amorim, coordenador do Comitê Jurídico, apresentou um resumo dos principais pontos do ofício recebido da promotora Dra. Flávia Cristina Merlini, incluindo:

- Denúncias acerca de ato administrativo disciplinar contra Carlos W. Magalhães, questionando o requisito de "ilibada reputação" para sua eleição como Conselheiro Vitalício.
- Encaminhamento de documentos complementares pelo Conselheiro Carlos W. de Magalhães para apreciação do Conselho.

#### **Manifestações dos Conselheiros:**

1. **José Renato Nalini:** Ressaltou a importância de dar maior tempo para os Conselheiros avaliarem a Manifestação do Ministério Público, diante dos documentos apresentados por Carlos W. Magalhães.
2. **Beatriz Bracher:** Questionou as possíveis consequências jurídicas.
3. **Giovanni Rea:** Defendeu a permanência de Carlos W. Magalhães, considerando que os fatos apresentados na denúncia são superados e que não há base para uma punição perpétua.





4. **Marília Marton** (Secretária de Estado da Cultura): Destacou a necessidade de avaliar o momento exato da nomeação de Carlos W. Magalhães para verificar se os prazos legais haviam sido cumpridos.

#### **Encaminhamento Consensado:**

- Adiamento da deliberação sobre a Manifestação do Ministério Público e continuidade da discussão para a próxima reunião a ocorrer no dia 11 de dezembro de 2024.

#### **INFORMAÇÕES FINANCEIRAS**

A Diretoria Executiva ingressou na reunião para apresentar os relatórios financeiros. O Diretor Financeiro, Paulo Ramos, o Diretor Executivo, José Roberto Maluf e Márcio Montagner, expuseram os seguintes pontos:

##### **1. Situação Financeira Atual:**

- Projeção de déficit anual: R\$ 17.707.000.
- Impacto de ajustes, como a inclusão de reajustes salariais do dissídio e alterações nos contratos com parceiros como Ceduc, Disney e Sesc.

##### **2. Fluxo de Caixa:**

- Saldo inicial do ano: R\$ 18 milhões.
- Saldo projetado para dezembro: R\$ 4.765.000, considerando receitas e despesas.

##### **3. Contratos em Negociação:**

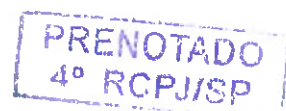
- Retomada do contrato com a Prefeitura de Santos (Ceduc) em 2025, incluindo compensações por perdas causadas pela suspensão.
- Pendência de assinatura do contrato com o Sesc São Paulo, no valor de R\$ 12 milhões, para produção de conteúdo exclusivo.

##### **4. Apólices de Seguro:**

- Cobertura de imóveis, obras de arte e riscos executivos. Entre os bens segurados, destacam-se quadros de Tomie Ohtake e Beatriz Milhazes.

#### **Manifestações:**

- **André Lahóz** (coordenador do Comitê de Controles): Reiterou a importância de monitoramento constante das finanças, e pediu maior detalhamento na próxima reunião sobre o orçamento para 2025.
- **José Roberto Maluf**: Informou a expectativa de receitas adicionais via contratos com Fiesp, Sesi e projetos contemplados na Lei Rouanet, em fase final de negociação.





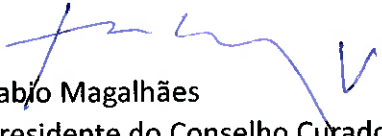


## ENCERRAMENTO

O Presidente Fabio Magalhães agradeceu as contribuições de todos os Conselheiros, reforçando a importância da continuidade do diálogo em temas complexos como os tratados na reunião. Deliberou-se pela inclusão de relatórios financeiros como item fixo das pautas futuras.

A reunião foi encerrada às 13h30, com a previsão de nova reunião ordinária para 11 de dezembro de 2024.

---

  
Fabio Magalhães  
Presidente do Conselho Curador

  
Ligia Maria Canargo Silva Cortez  
Secretária da Mesa Diretora do Conselho Curador



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS, REALIZADA NO DIA TREZE DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.**

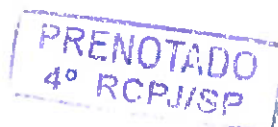
Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas, Presencial e por Videoconferência, plataforma Zoom. O áudio da reunião foi devidamente gravado. Os Conselheiros que participaram eletronicamente serão considerados presentes na Reunião Ordinária do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta, para todos os efeitos legais. Participaram de forma presencial, os seguintes Conselheiros: **ANDRÉ LAHÓZ MENDONÇA DE BARROS, ANTONIA APARECIDA QUINTÃO, ANTÔNIO JACINTO MATIAS, CLEVERSON PEREIRA DE ALMEIDA** (Repres. do Reitor Mackenzie – Professor Marco Tullio Vasconcelos), **EUGÊNIO BUCCI, FABIO MAGALHÃES, FABIO ARRUDA MORTARA, GUILHERME AMORIM CAMPOS DA SILVA, JOSÉ RENATO NALINI, LÍGIA MARIA CAMARGO S. CORTEZ, LUIZA HELENA TRAJANO, LUÍZA ROMERO DE MORAES, MARCOS MENDONÇA, MARIA ALICE SETÚBAL, MARÍLIA MARTON CORREA** (Secretária de Estado da Cultura e Economia Criativa e Presidente do Conselho Estadual de Cultura), **MARLI QUADROS LEITE** (Repres. do Reitor da USP – Prof. Carlos Gilberto Carlotti Jr.), **MILTON FLAVIO LAUTENSCHLAGER** (Repres. do Presidente da FAPESP – Professor Doutor Marco Antônio Zaggo), **RENATA DE ALMEIDA, RENATO JANINE RIBEIRO.**

Participaram via plataforma eletrônica Zoom, os seguintes Conselheiros: **GAUDÊNCIO TORQUATO, GIOVANNI REA, BEATRIZ BRACHER, DJAMILA TAÍS RIBEIRO DOS SANTOS, GABRIEL JORGE FERREIRA, MALDE VILAS BOAS** (Repres. do Secretário Municipal de Educação - Fernando Padula Novaes), **CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES, MARIA HERMÍNIA TAVARES DE ALMEIDA, RAUL BORGES GUIMARÃES** (Repres. do Reitor da UNESP – Prof. Pasqual Barreti), **REGINA CÉLIA SANTANA** (Secretária Municipal da Cultura), **CRISTINE TAKUÁ, CELSO NISKIER.**

Conselheiros que justificaram ausência: **ALDO VALENTIM, ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES, AUGUSTO RODRIGUES, BIANCA BORGES, EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, LILIA SCHWARCZ, LUCINÉIA ROSA DOS SANTOS, MARIA AMÁLIA PIE ABIB ANDERY, MARIA IZABEL AZEVEDO NORONHA, MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO, RENATA MACHADO TUPINAMBÁ, RENATO FEDER, RICARDO RAMOS FILHO, SAMUEL KINOSHITA, TOMÉ ABDUCH.**

A partir do item 4 da pauta, foram convidados para participar da reunião: **Cristiano Blumenthal, Edson Kawano, Enéas Carlos Pereira, José Roberto Maluf, Paulo Ramos, Márcio Montagner,** membros da Diretoria Executiva e Auditoria Interna do Conselho.

**PRESIDENTE** (Fabio Magalhães) – Bom dia Conselheiros, Conselheiras. Eu vou dar início a reunião, e essa reunião sem a presença da Diretoria Executiva, porque trata-se das questões internas do Conselho, passando o item três da reunião do Conselho, eu convidarei então a Diretoria Executiva para participar do item quatro e dos itens seguintes. Quero em primeiro lugar fazer algumas comunicações. Primeiro, cumprimentar e saudar o Conselheiro Aldo Valentim, que foi nomeado pelo Ministro da Casa Civil do Governo Federal, para ocupar um cargo importante de diretoria no



Ministério do Turismo. De maneira que receba Aldo, as congratulações desse Conselho e desejamos que sua gestão seja muito bem-sucedida. Outra questão que eu quero trazer e que é importante, é uma homenagem póstuma a um ex-Conselheiro, Doutor Carlos Cardoso de Almeida Amorim, que faleceu e que nós só soubemos com um certo atraso, ele faleceu em setembro, mas o que é importante, ele foi diretor do Sesi/Fiesp, e teve um papel muito importante para que a parceria entre a TV Cultura e a própria Fiesp fosse firmada em 1994, resultando na produção da série Castelo Rá-Tim-Bum, importantíssimo isso, com 90 episódios, a série infantil produzida no Brasil é considerado um marco da história da produção audiovisual brasileira. Na época o programa chegou a alcançar doze pontos de audiência, o maior na comparação de qualquer outro programa educativo na TV Cultura, atingindo picos de até quatorze pontos das reprises dos episódios, de maneira que fica a nossa homenagem à memória do Dr. Carlos Cardoso de Almeida, que foi realmente responsável para que isso ocorresse. Também quero saudar a Maria Helena Guimarães de Castro, que assume a Presidência do Conselho Estadual de Educação de São Paulo. Então, mais uma informação auspiciosa para todos nós. Eu havia decidido na reunião passada de que todas as reuniões desse Conselho deveriam ser iniciadas pelas informações financeiras, é minha intenção, e acredito que seja de todos os Conselheiros de criar uma rotina de informações financeiras, mas nós recebemos uma carta que eu encaminhei aos senhores até por ordem da Procuradoria de Fundações, da Curadora de Fundações da Fundação Padre Anchieta, para que desse conhecimento aos Conselheiros, e que eles se manifestassem em trinta dias. Fato que nós estamos fazendo, ou seja, coloquei em ata, e, portanto, eu estou pondo a questão financeira como o item quatro, mas nas reuniões que virão, ela estará sempre no primeiro item, quer dizer, depois da abertura e da aprovação da ata da reunião anterior, e assim criamos uma rotina, e desenvolvemos toda a reunião com informações bem claras de como tem se comportado as finanças, como está indo, mês a mês; aí nós vamos controlando isso, eu acho que isso dá mais segurança e esclarece ao Conselho pelas suas decisões. Então isso posto, eu ponho em votação a aprovação a Ata do mês de outubro de 2024. Se vocês estão de acordo mantenham-se como estão, se alguém quer opinar, que se manifeste. (Sem manifestações). Então está aprovada a Ata da reunião anterior. Nós vamos passar para o item três, providências sobre a Manifestação da Curadoria de Fundações do Ministério Público. Eu vou então passar a palavra ao Conselheiro Guilherme Amorim, que é coordenador do Comitê Jurídico, e informá-los que inclusive antes de colocar em pauta e de dar informações aos Conselheiros, esse Comitê se reuniu, Marília, bem-vinda. Muito bem, mas o Comitê Jurídico se reuniu e conversamos com a presença do Conselheiro Carlos Magalhães e as questões todas foram conversadas, foi solicitado a ele que tomasse uma iniciativa, e que ele se negou a tomar, e foram discutidos inclusive, como o item três seria colocado em pauta, ou seja, as palavras, a análise, providências, sobre a manifestação da Curadoria de Fundações do Ministério Público. Eu acho que, fica claro também que é função desse Conselho nesta reunião, discutir o documento da Procuradoria, nós não estamos aqui discutindo a questão do Senhor Carlos Magalhães pessoalmente, até porque o processo em pauta se deu a anos atrás, fora dessa Instituição, tramitou fora dela, de maneira que é alheia a essa informação, a essa



Fundação. De maneira que eu peço aos Conselheiros que se atenham a discutir e avaliar os termos do documento que nós devemos nos manifestar. Então eu passo ao Guilherme, que tome a palavra.

**GUILHERME AMORIM** – Então, em primeiro lugar bom dia a todas e a todos os Conselheiros, bom dia àqueles que nos assistem também, e participam da reunião pelo modo virtual. Eu vou procurar ser bastante objetivo até para que possamos em seguida ouvir a manifestação dos demais Conselheiros. Então senhor Presidente, Senhoras e Senhores Conselheiros, nós recebemos praticamente no final de agosto, um primeiro ofício da Senhora Promotora de Fundações, Dra. Flávia Cristina Merlini, informando a Presidência do Conselho Curador sobre a instauração de uma notícia de fato, porque ela recebeu uma denúncia anônima na Curadoria de Fundações, dando conta da existência de um fato que comprometeria a nomeação do Conselheiro Carlos Magalhães como Conselheiro Vitalício. Então, a partir desta denúncia, uma denúncia anônima volto a frisar, ela instaurou uma notícia de fato, e nesse sentido ela informa as circunstâncias dessa notícia de fato, e pede uma primeira manifestação da Presidência do Conselho Curador, sobre as condições em que o Conselheiro Carlos Magalhães foi eleito Conselheiro Vitalício. Então, nós produzimos uma primeira informação, acerca do funcionamento do Estatuto da Fundação Padre Anchieta, a trajetória do Conselheiro Carlos Magalhães, a sua contribuição para a Fundação Padre Anchieta, e informando todo o currículo dele e etc. Ela informa então a partir daí, que a denúncia se baseia em um fato acontecido, como o Presidente informou preteritamente, mas especificamente na gestão do Conselheiro Carlos Magalhães a frente da Cinemateca Brasileira. Então de forma muito objetiva, para situar todas as Conselheiras e Conselheiros, ela parte do pressuposto de que, a partir de um ato do Ministro de Estado, que na conclusão de um processo administrativo disciplinar, promoveu a demissão definitiva do serviço público federal do Conselheiro Carlos Magalhães, isto confirmado, inclusive em um processo junto a Corregedoria Geral da União, ao tempo da eleição do Carlos Magalhães como Conselheiro Vitalício, ele não reuniria um dos requisitos fundamentais para se tornar Conselheiro Vitalício, que é o de gozar de ilibada reputação. Então ela volta a insistir na manutenção desse procedimento de notícia de fato, e designa a oitiva dos Conselheiros Vitalícios. Então ela chama para serem ouvidos nessa notícia de fato, o Presidente Fabio Magalhães, e o Conselheiro Vitalício Augusto Rodrigues e o próprio Carlos Magalhães. E o que acontece a partir daí? Fica muito claro para os Conselheiros, e também para o Comitê Jurídico, que o Conselheiro Carlos Magalhães a partir do momento em que ele foi demitido do serviço público federal, ele se insurgiu contra este processo administrativo, ele reputa que esse processo administrativo é completamente nulo, que cerceou a defesa dele, ele ingressou com uma ação chamada Ação Anulatória, ele questiona esse processo administrativo, ele afirma que esse processo administrativo é completamente nulo e ingressou com uma Ação Anulatória, e que em primeira instância ele não obteve nenhuma liminar assegurando a volta dele ao serviço público federal, e nem tampouco obteve uma decisão favorável de procedência ao seu pedido de anular todo o seu processo de demissão. Então, dessa decisão desfavorável, ele apresentou um recurso de apelação, e esse recurso de apelação continua sendo analisado, e a Promotora então nos manda a partir daí, depois que ela ouviu inclusive os três

PRENOTADO  
4º RCPJ/SP

Conselheiros, ela manda este ofício que o Presidente Fabio Magalhães deu conhecimento a todos dizendo, basicamente, o seguinte: as razões pelas quais o Conselheiro Carlos Magalhães foi demitido do serviço público federal, o impedem de exercer o cargo de Conselheiro Vitalício. Como ele teria agido de forma desidiosa, causado lesão aos cofres públicos e tido comportamento desleal para com a Administração Federal, ainda que ele tenha cumprido a pena que foi imposta a ele, as razões que levaram à sua demissão retiram de sua pessoa a ilibada reputação, considerada pelo Estatuto da Fundação como requisito de validade para sua admissão. E aí ela nos manda o presente ofício: Em função disso, determino..., esse ofício que V.Sas., tomaram conhecimento, “determino expedição de notificação ao Conselho Curador na pessoa do Senhor Presidente e a Diretoria Executiva, com cópia dessa manifestação” que os Senhores conheceram, “entendendo prudente se oportunizar ao Conselho Curador a análise desses fatos”, eu estou pretendendo aqui fazer um resumo bastante objetivo, e a adoção de providências no âmbito interno da Instituição. Concedendo-se o prazo de trinta dias, para que seja levada a questão em reunião. E depois as nossas considerações, as nossas deliberações que forem encaminhadas aqui deverão ser reduzidas em atas e serem comunicadas a ela. Depois que o Presidente Fabio recebeu este Ofício, inseriu este item de pauta, na nossa reunião de hoje, e circulou este material anexado ao e-mail. Ontem à noite nós recebemos, inclusive, documentos complementares do Conselheiro Carlos Magalhães, inclusive uma cópia na íntegra da apelação, que ele apresenta na ação de anulação do processo administrativo. Então ele apresentou o recurso de apelação neste processo em que ele discute a anulação do processo administrativo disciplinar, em que ele afirma que houve cerceamento de defesa, em que ele afirma que a demissão dele é nula de todo direito, em que ele procura reverter, mas de qualquer forma, a Promotora parte do princípio de que esta demissão opera todos os efeitos, de que ela nunca foi revertida e de que, portanto, ao tempo que ele foi indicado como Conselheiro Vitalício, parte do pressuposto de que ele não poderia sê-lo, porque ele nunca teve uma liminar, ele nunca teve algo que suspendesse os efeitos dessa demissão definitiva do serviço público federal, que tem lá um dos incisos da Lei 8.112 de 1990, que diz que ele nunca poderá voltar ao serviço público. Então ela insiste muito nisso neste ofício, em que ela nos encaminha para as Senhoras e os Senhores considerarem esses fatos. Então, o Conselheiro Carlos Magalhães nos encaminhou ontem, para uma análise mais aprofundada, as razões dele apresentadas por seus advogados, de um excelente escritório de advocacia aqui de São Paulo, nas razões de apelação que integram o recurso dele, ao mesmo tempo que ele nos dá conhecimento de uma manifestação que ele apresenta à Promotora Dra. Flávia Cristina Merlini, que eu acredito que ele tenha apresentado também nos últimos dias, que ele apresentou ontem, doze de novembro, à Sra. Promotora Flávia Merlini. De forma bastante objetiva Senhor Presidente, este é o relato que eu entendo que me cumpre endereçar as Senhoras e aos Senhores Conselheiros, e eu fico à disposição inclusive para esclarecimentos complementares.

**PRESIDENTE** (Fabio Magalhães) – Eu passo então a palavra ao Conselheiro Carlos Magalhães.





**CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES** – Bom, muito bom dia a todos os Conselheiros, Conselheiras. Eu acho que o relato do Guilherme dá conta parcial do que ocorreu, do que foi discutido, acho que ele se atém bastante ao ofício da Excelentíssima Senhora Promotora de Justiça de Fundações da capital, mas acho que talvez ele não tenha tido tempo de fazer uma leitura mais acurada da manifestação, que meus advogados encaminharam à Curadoria de Fundações, e que eu repassei a todos os Senhores ainda ontem. Essa argumentação da Lei 8.112 que o Guilherme fez, está claro no documento a sua nulidade por decisão posterior, portanto, o tempo de aplicação de uma possível pena no nível federal é de cinco anos. Eu estou tendo que entrar nisso porque é bastante desagradável, porque, enfim, foi como o Presidente do Conselho quis conduzir esse processo, mas isso não é uma questão para a gente discutir agora. Outra referência que ele não faz, é que tempos atrás eu também tive que enfrentar uma denúncia anônima, muito semelhante a essa, contestando a minha participação na Fundação Butantã. Diferente do nosso caso, onde aqui eu sou um Conselheiro não remunerado, e que não tenho nenhuma função executiva, na Fundação Butantã eu era responsável por um orçamento de aproximadamente um bilhão de reais, um orçamento anual de um bilhão de reais, por mais de 1.700 funcionários e por uma..., enfim, uma atividade tão importante quanto a da TV Cultura, que era mais ligada a saúde, que é a produção de vacinas. Essa denúncia anônima foi levada ao Ministério Público também, e diferente desse caso atual, não ficou apenas com essa notícia de fato, foi aberto um inquérito e ele foi arquivado, os senhores receberam a cópia desse arquivamento, pelo entendimento de não haver ligação nenhuma entre uma questão e outra, segundo o entendimento do promotor que analisou esse caso. Então, eu só queria complementar com essas informações que eu acho que faltou ao detalhado relato do Conselheiro Guilherme Amorim, que tem se dedicado a questão com muito afinco.

**PRESIDENTE** (Fabio Magalhães) – Muito bem. Então eu passo agora aos Conselheiros que queiram se manifestar. Eu vou passar primeiro para o Nalini.

**JOSÉ RENATO NALINI** – Senhor Presidente, na reunião do Comitê Jurídico, eu fiz uma sugestão postulando ao Conselheiro Carlos que se afastasse espontaneamente até a apuração final, já que existe um apelo em curso, seria uma medida muito ética, afastar-se já que ele confia bastante nas razões de recurso, afastar-se e poupar a Fundação desse constrangimento, mas não foi aceito. Então, com essa juntada de oitenta laudas, eu acredito Senhor Presidente, que os Conselheiros não tenham condições de hoje decidirem a respeito. Seria prudente então que Vossa Excelência tirasse da pauta, e deixasse para uma oportunidade em que os Conselheiros poderiam examinar esse material, inclusive consultando os seus advogados particulares, para se inteirarem se existe ou não o requisito da idoneidade, que levou dois processos, um processo administrativo com todo um contraditório que a Constituição prevê, e depois a primeira instância da Justiça Federal em São Paulo, que não concedeu liminar e julgou o Conselheiro desprovido de razões. Então eu acredito..., não sei, eu não teria condições de examinar hoje oitenta laudas e me manifestar com a certeza de estar fazendo o julgamento justo.

**PRESIDENTE** (Fabio Magalhães) – Muito bem, eu acho importante a sua manifestação.

**LÍGIA CORTEZ** – Bia Bracher.

PRENOTADO  
4º RCPJ/SP

**PRESIDENTE** (Fabio Magalhães) – E o Matias, e quero que ambos levem em consideração o pronunciamento do Nalini, porque de fato, embora tenha sido enviado ontem à noite, eu só vi hoje cedo, sendo um conjunto de documentos bastante expressivo, bastante longo, que era importante que este Conselho pudesse examinar. Com a palavra, Bia Bracher.

**BEATRIZ BRACHER** – Bom, eu queria dizer que eu concordo com o Nalini também, eu acho que seria melhor todo..., enfim, a gente ler o que precisa ser lido, mas eu queria saber algumas coisas. O que acontece se a gente falar: Não, o Carlos fica e pronto. Qual é..., o que a Promotora da Curadoria das Fundações pode fazer contra esse Conselho? É basicamente essa questão, e se tem a ver por ser Conselheiro Vitalício ou ser Conselheiro só.

**PRESIDENTE** (Fabio Magalhães) – Eu vou pedir ao Guilherme que possa esclarecer isso.

**GUILHERME AMORIM** – Conselheira Bia Bracher, olha, eu tenho algumas reflexões sobre essa questão. Quando ela nos envia um ofício em que ela parte dessa premissa de que..., porque ela afirma assim no ofício: É evidente de que ele não detém o requisito de ilibada reputação. Ela já parte de uma afirmação de que ela interpreta que é o tempo em que ele foi eleito Conselheiro Vitalício, o ato de eleição dele, o ato de nomeação para Conselheiro Vitalício, faltava um dos requisitos para isto. Então se nós chegarmos a uma outra conclusão aqui, de que ele deve prosseguir como nosso Conselheiro Vitalício, porque essa é uma decisão soberana do Conselho Curador, evidentemente que nós podemos fazer isso, registrar isso em ata e comunicá-la disto. Qual é a função da Curadoria de Fundações segundo o Código Civil, e segundo as resoluções do próprio Conselho Nacional do Ministério Público? O Código Civil tem uma expressão bastante curiosa, que já é mais do que centenária, e o Presidente Nalini, aqui que foi Presidente do Tribunal de Justiça, pode me corrigir a qualquer instante, a qualquer tempo. Tem uma expressão que diz o seguinte: Velar pelas Fundações, velar pela vontade do Instituidor de uma Fundação, sobre os destinos e objetivo daquela Fundação, se ele está sendo a todo tempo cumprido, e se ele está chegando a bom termo, se ele está sendo observado enquanto execução dos seus objetivos estatutários. Ela então como fiscal desse cumprimento estatutário, fiscal da lei, se ela entender que enquanto corpo coletivo este Conselho Curador, está descumprindo uma regra explícita da legislação, por exemplo, está indo de encontro com a legislação, está agindo com ilegalidade, ela pode, por exemplo, eu vejo assim duas alternativas, ela pode ela promover uma ação de afastamento, por exemplo, do Conselheiro ou ela pode de uma forma mais gravosa até promover uma ação de intervenção na Fundação Padre Anchieta, que seria uma ação mais gravosa. Evidentemente que pode intervir mesmo, eu estou sendo corrigido aqui pelo Doutor Nalini, não é incomum, os promotores fazem isso, porque eles têm essa prerrogativa prevista em lei, por isso que de alguma forma assim, nós sempre temos que temperar bem sobre as nossas reflexões, porque aqui eu volto a insistir, nós não estamos julgando o Conselheiro Carlos Magalhães, nós estamos fazendo uma reflexão sobre ao tempo em que nós fizemos a deliberação, sobre a sua eleição para Conselheiro Vitalício, se os requisitos para este ato estavam absolutamente atendidos, porque é exatamente o que ela afirma nesse conjunto de ofícios em que ela de uma forma bastante assertiva assim, admoesta o Conselho Curador a fazer. É esta a reflexão.



Eu não sei Conselheira Bia se eu me fiz claro e objetivo na sua indagação, na resposta a sua indagação.

**BEATRIZ BRACHER** – Sim, total. Obrigada.

**LÍGIA CORTEZ** – Eu vou passar a palavra para o Matias, depois o Giovanni e a nossa Secretária quer ficar para depois.

**ANTÔNIO JACINTO MATIAS** – Bom, em primeiro lugar, a minha manifestação era..., embora não seja um jurista nem da qualidade do Doutor Nalini, porque eu sou engenheiro, mas obviamente parece que com as informações que nós recebemos, e não temos a menor condição de ter um juízo sobre esta situação hoje. Por outro lado, lamentando muito que figuras, enfim, obscuras façam denúncias anônimas e criem esse tipo de constrangimento, eu acho que este Conselho deveria lamentar a origem desse processo, porque realmente é lamentável em um país como o nosso, onde tantos problemas graves de ordem de natureza ética, de natureza criminal existem, uma figura que está vivendo um processo, que acredito que esteja atrapalhando muito a sua vida, ser submetido a uma situação dessa. Eu gostaria de lamentar isso. Por outro lado, eu não entendo que o Conselho deveria simplesmente dizer que não tem condições de julgar o assunto, na medida que aquilo que nos afeta, que é a necessidade de lermos, para termos uma posição bastante melhor sobre o assunto, isso também me parece que foi remetido a Senhora Procuradora. Então eu acho que a manifestação do Conselho é no sentido de que tomou conhecimento, entende as razões que levaram a Procuradora fazer isso, e pede a essa Procuradora que ela examine aquilo que está recebendo adicionalmente, porque eu acho que esta é uma manifestação possível, e não simplesmente adiamos e levamos para frente para a nossa..., totalmente para a nossa interpretação a decisão, porque eu acho que temos que compartilhar com a Procuradora, na medida em que ela tem uma série de informações novas que ela não tinha, ela simplesmente reagiu a uma denúncia anônima, fez acho que o seu julgamento, e nada a contestar em relação ao julgamento, temos consciência das implicações com este Conselho de confrontar o julgamento que ela fez, e a determinação que ela fez, realmente temos esse constrangimento, mas ela acho que poderá com essas novas informações reiterar ou não a sua manifestação.

**PRESIDENTE (Fabio Magalhães)** – Perfeito. Eu acho que isso corrobora e vai no encontro da proposta do Nalini.

**LÍGIA CORTEZ** – Então vamos passar a palavra para o Giovanni Rea.

**GIOVANNI REA** – Senhores, bom dia. A exemplo de todos eu tomei conhecimento, não pude participar da reunião do Comitê Jurídico, tomei conhecimento através do e-mail que foi enviado com a convocatória para a reunião do Conselho. Aqueles que não tiveram tempo de analisar os documentos que o Carlos enviou ontem à noite, eu o tive e faço as seguintes considerações. O Carlos nos municiou com três documentos, a manifestação dos advogados dele para a Promotora de Fundações, uma promoção de arquivamento do Ministério Público, assinado pelo promotor Silvio Antônio Marques, e a peça de apelação contra a sentença, que a princípio indeferiu a liminar, e depois julgou improcedente o pedido de anulação do processo administrativo. Pois bem, consta da peça de manifestação junto a Promotoria um destaque que eu o faço novamente, que o impedimento para ser admitido em cargo público ou a sua inabilitação, perdura por

PRENOTADO  
4º RCPJ/SP

*[Handwritten signatures]*

cinco anos conforme o artigo 137 da lei 8.112 de 91, que é a Lei do Serviço Público. Muito bom, este arquivo que contém uma promoção de arquivamento assinado pelo Promotor, que diz respeito a um inquérito civil, que analisou inclusive o fato do Carlos ter sido nomeado para o cargo na Fundação Butantã, o que o Promotor conclui, e eu tomo a liberdade de ler para os senhores o seguinte: Como isso não bastasse, a nomeação para o exercício das funções Superintendente Geral da Fundação Butantã, foi realizada pelo Ato número 82 de 2015, em 15 de setembro de 2015, ou seja, antes mesmo da demissão pelo Ministério da Transparência. Por fim, na representação inexistente qualquer indicação de outra conduta concreta supostamente improba no exercício das atividades do representado, motivo pelo qual não há diligências a serem realizadas que justifiquem a manutenção do presente procedimento. Portanto, não há motivos para a continuidade das investigações. Caso surjam novos elementos, os presentes autos poderão ser desarquivados nos termos do artigo 18, da lei 7.347 de 85. Isto posto, promovo o arquivamento do presente inquérito civil determinando a sua remessa em três dias ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público para o devido reexame. Quem assina, repito, Silvio Antônio Marques, Promotor de Justiça. Pois bem, dito isso, eu tenho a considerar o seguinte, nós vivemos em um país que não existe pena perpétua para ninguém, a exemplo disso temos um Presidente da República condenado, e está aí exercendo o seu cargo livremente, e não me parece ser o caso que com todo respeito, eu entendo que a Promotora de Justiça de Fundações ela está diametralmente equivocada, ao afirmar que o Carlos está impedido de assumir qualquer cargo público, e que a sua reputação não seria considerada ilibada nesse sentido. Lendo as peças que o Carlos nos enviou, e lendo a manifestação da Promotora, eu acho que nós estamos aqui diante de uma clara tentativa de macular a imagem de um Conselheiro, faço uso das palavras do Matias, isso foi um expediente deplorável que alguém utilizou para fazer uma denúncia, de fato, que segundo a lei, o artigo 137 da lei, os seus efeitos cessaram, cassaram, já em 2021, uma vez que em 2016 foi encerrado esse processo administrativo, então nós estamos tratando aqui de efeitos cessados, segundo o próprio artigo de lei, e estão agora tentando tirar um esqueleto do armário para macular a imagem de uma pessoa que eu sou testemunha, que trabalhei em conjunto com ele, muito contribuí para esta Fundação. Então, na verdade o que eu tenho a dizer é que, se este Conselho promover uma caça às bruxas contra o Carlos, estará na verdade promovendo uma grande injustiça, porque ao analisar e ao cotejar as informações e os fatos, eu particularmente não vejo motivo para nós acatarmos qualquer tipo de suspensão, de afastamento ou cassação de mandato. É o que eu tinha a dizer.

**GUILHERME AMORIM** – Só um esclarecimento. Eu acho que é importante as considerações que o Conselheiro Giovanni Rea traz, e tem uma coisa que eu concordo, é que não deve existir pena perpétua no país, mas a Promotora faz a seguinte ilação, que a lei 8.112 de 1990, o artigo 137 dela diz o seguinte: A demissão ou a destituição de cargo em comissão por infringência do artigo 117, inciso 9 e 11, incompatibiliza o ex-servidor para novamente investir em cargo público federal pelo prazo de cinco anos. O problema é que tem um parágrafo único esse artigo 137, e o parágrafo único diz o seguinte: Não poderá retornar ao serviço público federal o servidor que for demitido ou

destituído do cargo em comissão por infringência do artigo 132, incisos 1, 4, 8, 10 e 11. Uma das razões pelas quais ele foi demitido é o inciso 10 do artigo 132, ou seja...

**CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES** – Eu queria pedir licença só para dar um esclarecimento.

**GUILHERME AMORIM** – Ela sustenta que não poderá, ela sustenta..., eu, por exemplo, não estou sustentando nada, só estou relatando. Ela sustenta que ele não poderá retornar. Então, de fato, ela parte dessa premissa, é esse o problema que ela nos coloca. Então, eu concordo com o Conselheiro Giovanni, nós temos que ler sim as razões do recurso de apelação, eu concordo com o Conselheiro José Renato Nalini, eu acho que é importante nós lermos esse recurso de apelação, acho que é importante ouvirmos o Conselheiro Carlos Magalhães, ele sabe a estima que eu tenho por ele, ele sabe como eu acho importante o papel dele aqui, então assim, isto é uma questão do nosso relacionamento, outra dimensão disso é a institucionalidade, como nós devemos nos encaminhar com a Promotora de Fundações. Pois não.

**LÍGIA CORTEZ** – A Secretária gostaria de falar agora?

**CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES** – Lígia, eu queria pedir licença.

**LÍGIA CORTEZ** – Pode falar Carlos, pode falar.

**CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES** – Então, eu pedi licença só para fazer um complemento a informação que o Guilherme está levando ao plenário. Parece que ele desconhece assim como a Promotora, que esse parágrafo único do artigo 137 foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, segundo a ADI-29-75.

**MARÍLIA MARTON** – Posso? Carlos, já está ok? A primeira coisa aqui, acho que a gente precisa lembrar que ano que o Carlos foi nomeado Conselheiro Vitalício aqui. Carlos, você lembra a data que você foi nomeado?

**CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES** – Oi Marília, bom dia. Eu tenho impressão que foi em 2022, eu não lembro exatamente o mês.

**MARÍLIA MARTON** – Eu acho que essa é a primeira coisa que precisa ser levantada, porque a hipótese melhor do Conselho em uma resposta para a Promotora é, ela está questionando se na data da sua nomeação você estava ou não apto a ser nomeado. Se o processo dura cinco anos como o Doutor Giovanni falou, ou como a legislação fala, e olhando eventualmente, a gente pode até inclusive pegar onde decidiu que o parágrafo único do artigo já foi dito como inconstitucional, a melhor defesa do Conselho é se no período..., é porque ela está questionando a data da tua nomeação, dizendo que naquele momento, você não estava apto a ter sido nomeado, é isso que ela está dizendo. Então assim, se naquele momento havia completado cinco anos, está resolvido o problema, é só dizer isso e está resolvido. Agora, me parece que, e eu concordo com o Giovanni, acho que essas coisas de denúncia anônima são péssimas, isso é um problema enorme, mas aqueles que adentram ao serviço público, também sabem que a sua vida é devassada, a gente passa por coisas..., enfim, eu estou passando essa semana. Então assim, é um problema, aqueles que sentam em cadeiras do serviço público sabem os riscos, e que são muito piores, porque nós não temos uma legislação adequada para o serviço público, em partes somos analisados pelo Código Civil, em partes somos analisados pelo Código Penal, é uma esquizofrenia jurídica contra o servidor público, e o servidor público comissionado isso é pior ainda, porque

PRENOTADO  
4º RCP/ISSP

eventualmente os estatutos não atendem ao servidor comissionado, é um problema, agora, eu também acho que simplesmente responder para a Promotora: Você está equivocada e não concordamos com você, também é um outro problema para o Conselho. A gente precisa aqui, e aí Carlos, acho que é uma decisão pessoal sua de pedir um afastamento deliberado até que o embrolho se resolva, mas o Conselho precisa mandar para a Promotora alguma coisa mais ou menos conclusiva, por isso que a minha pergunta aqui é, que data foi a sua nomeação. Porque na melhor das hipóteses para o Conselho é dizer: Olha, na data em que o Conselheiro foi nomeado, o prazo já havia vencido, tendo em vista que, o parágrafo tal e não sei o que. O fato é que, se no momento da sua nomeação, não tinha se concluído os cinco anos, aí a gente precisa então ter uma outra postura, e aí eu acho que era melhor pedir para a Promotora uma dilação de prazo, e aí o Conselho ter tempo de, como o Doutor Nalini disse, rever com os seus advogados, porque o fato é o seguinte, em uma votação aqui, nós vamos ter que deixar claro quem votou A, quem votou B, porque em uma intervenção do Ministério Público, aqueles que forem..., e eu estou falando isso por alguém que conhece muito bem os meandros do Ministério Público, sou irmã de Promotora Pública, e eu sei como funciona, a hora que entrar vem o CPF, e aqui tem muitos Conselheiros aqui, que são de Conselho de banco, que sabem como funciona isso, vem no nome de cada um de nós individualmente, então é só para a gente ter a clareza, e Carlos, não é nada pessoal, pelo amor de Deus, estou tendo aqui a frieza de fazer aquilo que o Guilherme falou em primeira mão, afastar do processo porque a gente não está aqui em julgamento do processo, e Matias, a única coisa aqui que a gente precisa esclarecer, a Promotora não está entrando no mérito do processo, então quando se manda documentos, ela não está entrando se é sim ou não, ela pode até discordar com a Justiça, mas ali não é o que ela está fazendo, ela está falando sobre o dia da nomeação do Conselheiro, e eu acho que é sobre isso que a gente tem que se atentar aqui. É só isso.

**LÍGIA CORTEZ** – Obrigada Secretária. Então vamos passar a palavra para o Cleverson e depois para o Renato Janine.

**CLEVERSON PEREIRA DE ALMEIDA** – Bom dia a cada Conselheira, a cada Conselheiro. Eu tenho uma dúvida e quero agradecer, agradecer imensamente aos nobres juristas que aqui os temos, e que a mim me ajudaram muito a ter uma formação ainda de uma opinião a respeito, que eu acho que é o máximo que eu consigo fazer não sendo jurista, e quero dizer que a fala do Matias me impactou muito Matias, porque desde que recebemos esses documentos, também tenho dito da dificuldade de digeri-los pela sua natureza, a origem..., mas isso também já foi objeto de outros comentários, e eu quero trazer uma dúvida quanto a um futuro posicionamento, e se ele for hoje também vale e valeria ainda mais, porque no documento da Promotoria, depois aqui quando ela fala da determinação, determino a notificação ao Conselho Curador que somos nós, entendendo prudente se oportunizar ao Conselho Curador, e agora chega ao ponto, a análise dos fatos, me parece que estamos aqui a fazer, e a adoção de providências no âmbito interno da Instituição. Eu quero confessar aqui publicamente que eu não tenho clareza sobre que providências seriam essas, e do que me lembre, por favor, eu devo ser corrigido se assim for o caso, quando a gente pega o estatuto dessa Instituição, e que se fala da eleição dos Conselheiros, esse Conselho não elegeu e não elege os



Vitalícios, isso está escrito, ele elege apenas..., eu sei que é uma redundância, os Conselheiros que são tidos como eleitos, então não elege nem os Natos e não elege os Vitalícios. Então, este Conselho, está escrito, não elegeu, então o que competiria a este Conselho nesse momento? A análise dos fatos. Ok, estamos a analisar, estamos a discutir, estamos eventualmente a manifestar um pronunciamento nos termos que forem julgados aí pelos nossos juristas, e pelo nosso Presidente os mais adequados, os mais pertinentes, mas que deliberação seria essa nossa? Esse Conselho tem poder de destituir alguém no caso de um Vitalício ou de um Nato? Então, se eventualmente formos votar, e eu quero saber sobre o que exatamente vamos votar, eu sei que ainda não estamos a votar e a deliberar, mas eu gostaria de ser instruído e eu repito, eu faço aqui uma representação institucional, então eu presto contas a quem eu represento, a minha Instituição, e também a minha própria consciência por certo, mas eu precisaria, e eu peço essa gentileza de no tempo oportuno, se não for agora também peço-vos desculpas, mas para que nós sejamos instruídos sobre o que efetivamente estamos deliberando, para que eu então possa me posicionar na maneira que considerar mais adequada. Agradeço pela atenção.

**GUILHERME AMORIM** – Veja, há uma disposição no estatuto no tópico que fala sobre a competência do Conselho Curador, que fala sobre o afastamento de Conselheiros pelo Conselho Curador, então incide a regra geral nessa hipótese, e nos casos omissos, também é competência do Conselho Curador deliberar sobre os casos omissos. Então, quer dizer, se nós formos deliberar por hipótese sobre algum encaminhamento que fale sobre..., por hipótese apenas, porque não há nenhum encaminhamento proposto, ou sobre suspensão temporária, ou sobre afastamento temporário, ou sobre exclusão, ou sobre revogação do ato de nomeação, alguma coisa assim, isso terá que ser uma deliberação, terá que ser o tratamento de um caso omissos, porque sobre essa hipótese explicitamente, não há uma disposição estatutária. Então, seria, como eu entendo isso? Seria a deliberação sobre uma hipótese de um caso omissos do Estatuto, mas sobre afastamento de Conselheiro, se eu não me engano, há um inciso, precisaria pegar o meu i-pad ali, há um inciso no Estatuto que fala a respeito, deliberar sobre afastamento de Conselheiro e etc.

**PRESIDENTE (Fabio Magalhães)** – Eu queria Guilherme, eu queria..., também é uma proposta que eu vejo que coincidem das diversas falas que coincide com a proposta do conselheiro Nalini...

**LUIZA TRAJANO** – Mas eu acho que seria legal fazer...

**PRESIDENTE (Fabio Magalhães)** – Djamila está pedindo a palavra.

**LÍGIA CORTEZ** – Eu vou passar para o Renato Janine e depois..., ou você quer terminar?

**PRESIDENTE (Fabio Magalhães)** – Eu só acho que as próprias falas dos Conselheiros levam a essa proposta do Nalini. Eu acho que nós poderíamos até seguir essa proposta, ter um tempo maior para reflexão, e voltar a ela em uma segunda reunião, ou seja, que seria em 11 de dezembro. Eu acho que esse é um caminho. Mas eu vou dar a palavra aos que estão inscritos.

**LÍGIA CORTEZ** – Renato Janine, Gaudêncio, Marcos Mendonça.

**PRESIDENTE (Fabio Magalhães)** – O Marcos Mendonça, a Djamila, Bucci e o Carlos Magalhães.

PRENOTADO  
4º RCPJ/SP

**MARCOS MENDONÇA** – Fabio, você tem a data aí da posse dele? Você poderia ver a data da posse como a Marília falou?

**PRESIDENTE** (Fabio Magalhães) – A Miriam pode providenciar a data da posse.

**LÍGIA CORTEZ** – Renato Janine.

**RENATO JANINE RIBEIRO** – Bom dia nosso Presidente Fabio, Secretária Marília, Conselheiro Carlos Magalhães, e todos aqui presentes.

Em primeiro lugar, eu devo quem e sinto confortado dentro do desconforto, ao saber que não vamos deliberar hoje. Isso não só dá mais tempo para esclarecer um grande embrolho, como também nos permite discutir hoje com mais liberdade, uma vez que o que vai ser aventado, não necessariamente culmina em a favor ou contra a manifestação do Ministério Público. Como já foi dito antes, não nos cabe julgar o Conselheiro Carlos Magalhães, não nos cabe nada disso, mas eu queria só fazer uma pontuação sobre a questão de reputação ilibada. É um assunto que eu trabalhei muito porque os meus primeiros trabalhos acadêmicos foram sobre honra, reputação, imagem externa. Um ponto que está muito claro ao longo de milhares de anos, porque é um termo que vem da antiguidade, honra e reputação estão muito ligadas em uma visão aristocrática do mundo, e nessa visão aristocrática do mundo, é muito claro que a honra é uma imagem externa, não é uma verdade íntima, verdade íntima é algo que vai se tornar importante como o cristianismo que vai colocar a figura da alma, a intenção, tudo, no destaque, mas o termo para honra, se refere a imagem externa, e ela está muito presente hoje, basta você ver o Instagram, o Instagram é um festival de subcelebridades procurando conseguir uma imagem que granjeia algum resultado. Então nesse sentido mesmo, eu dei uma busca, dei busca na internet, e vi que nós temos quase dez peças legislativas federais desde a Constituição, até leis sobretudo relativas a magistratura, ao Ministério Público que tratam de reputação ilibada, e também as leis das SA's, a lei das estatais, mas nenhuma delas, pelo o que eu vi, define o que é reputação ilibada, ou seja, não corresponde exatamente a um termo jurídico, mesmo esse artigo e esse parágrafo único, que acertadamente o parágrafo único da lei foi fulminado pelo Supremo, porque criava uma punição perpétua, mesmo eles deixam vago o termo de reputação ilibada. Então eu creio que, quando a Promotora, Curadora de Fundações, levanta a questão da reputação, ela está levantando justamente essa questão, que não é uma definição jurídica muito precisa, isso é claro, coloca um problema porque um princípio básico do direito, Nalini me corrigirá, é que você só pode punir alguém em função de algo muito claro, muito definido, acho que vocês chamam de tipificação, o tipo tem que estar muito bem definido para você punir. Então nós estamos aqui em uma situação delicada, porque não é exatamente uma questão..., quer dizer, salvo melhor juízo, também vou usar um termo de vocês advogados, mas salvo melhor juízo não é um termo muito preciso no direito. Então, eu penso que simplesmente o que a Promotora levantou, tem ideia de que faltaria, que seria necessário para alguém ser investido em qualquer cargo de Conselheiro da Fundação, isso poderia talvez ser ampliado também aos membros natos, essa reputação. É isso, mas é um termo vago. É isso que eu queria comentar.

**LÍGIA CORTEZ** – Então vamos passar a palavra para o Gaudêncio.

**GAUDÊNCIO TORQUATO** – Bom dia. Eu queria me congratular com as opiniões, as interpretações que mostram bom-senso, o momento é realmente de a gente relevar a

questão do bom-senso. A Fundação Padre Anchieta tem uma imagem pública irretocável, e na minha visão quando esses fenômenos, esses eventos ocorrem, carregam, puxam uma imagem subnegativa sobre a Fundação. Então a minha primeira visão é de que nós devemos resolver essa questão em um prazo mais rápido possível, mesmo considerando a linha de bom-senso levantada pelo Doutor Nalini, evidentemente nós não podemos digerir, interpretar essa questão toda da noite para o dia, diante um volume expressivo de textos. Então, eu acredito que seja necessária uma boa articulação, uma conversa vamos dizer assim, muito clara entre o Carlos Magalhães e os Conselheiros, eu acho que é preciso um tempinho para a gente maturar isso aí, mas também que esse tempinho não seja muito longo para não criarmos, deixarmos essa questão permanecer no tubo de ressonância da opinião pública. E por último, eu faço uma pequena pergunta, pelo o que eu entendi, nós não votamos essa questão do Conselheiro Vitalício, ou seja, nós não votamos sobre o ingresso da aprovação e desaprovação do Conselheiro Vitalício. Se nós não votamos essa questão anteriormente, como é que nós podemos votar em uma eventual demissão? Então eu queria saber, isso é um impasse. Então para terminar, eu estou endossando a proposta do Nalini, referendada aqui pela proposta da Senhora Secretária, que também teve uma linha de bom-senso em mostrar a necessidade dessas conversas todas, e quero dizer que enquanto realmente, repito, quanto mais urgente resolvermos essa questão, é melhor para a imagem da Fundação Padre Anchieta. Muito obrigado.

**LÍGIA CORTEZ** – Obrigada Gaudêncio. Você gostaria de falar Marcos, porque senão eu vou passar a palavra para Djamila.

**MARCOS MENDONÇA** – É só endossando a proposta do Nalini, correto, da Marília, na verdade surgiu um fato novo, que foi a apresentação da documentação dele perante ao Ministério Público. Na medida em que esse fato vai levar ao Ministério Público de se posicionar a respeito. Então eu entendo que a Fundação deva aguardar esse posicionamento do Ministério Público, para a partir daí tomar as providências cabíveis. Então, nesse sentido eu endosso as propostas feitas.

**GAUDÊNCIO TORQUATO** – Desculpe Marcos, eu apenas esqueci de relevar a questão levantada pela Senhora Secretária de que seria talvez necessária uma articulação, uma conversa com a Promotora ou encaminhamento pedindo a protelação, com resposta mais definitiva em respeito a questão. Eu acredito que a Promotora está esperando uma resposta e se nós não dermos essa resposta de imediato, talvez possa haver algum problema.

**LÍGIA CORTEZ** – Obrigada Gaudêncio. Então, Djamila, por favor.

**DJAMILA RIBEIRO** – Bom dia Presidente Fabio, bom dia Secretária Marília, bom dia a todos os Conselheiros e Conselheiras, eu peço desculpas porque eu estou em trânsito, então estou aqui um pouco atrapalhada, mas estou acompanhando atentamente a discussão e eu quero só reforçar, acompanhar a fala do Conselheiro Nalini, porque a gente precisa ter tempo, eu também não tive tempo. Eu soube do caso na verdade pelas mídias, acho que é algo que repercutiu bastante na mídia, e acaba de alguma maneira impactando aí a imagem do Conselho, toda a solidariedade ao Conselheiro Magalhães, mas eu acho que a gente precisa ter tempo para analisar com calma para poder deliberar de maneira que seja justa. Então eu só queria reforçar mais uma vez, acompanhar

PRENOTADO  
4º RCPJ/SP

*[Handwritten signatures]*



também a fala do Presidente, que segue a fala do Conselheiro Nalini, de a gente poder ter tempo, eu recebi e vi tudo hoje de manhã cedo também, todas essas documentações, e também quero ter tempo para analisar para que a gente possa tomar as decisões que sejam justas, que não prejudique ninguém individualmente, mas também nem algo coletivo que é o Conselho.

**LÍGIA CORTEZ** – Obrigada Djamilia. Então vamos passar para o Bucci, depois o Carlos Magalhães, rapidamente depois o André, e então o Eugênio Bucci, por favor.

**EUGÊNIO BUCCI** – Bom, eu quero saudar também todo mundo, e eu vou fazer uma fala muito curta, e eu quero começar com uma expressão de solidariedade, a dor que isso traz ao nosso Conselheiro Carlos Magalhães, só quem já experimentou a posição de ser vítima de acusações baixas, anônimas e injustas, porque você está exercendo o seu direito de defesa, pode aquilatar o que isso representa, e nesse sentido Carlos, humano e de companheirismo de Conselho, você tem a minha solidariedade. A questão que se apresenta para nós, no entanto, não é como muitos já deixaram claro aqui, o julgamento de atos anteriores que foram adotados, e muito menos o julgamento da sua conduta, isso não está em pauta aqui, isso é fundamental que fique muito bem-dito, e todos já disseram isso. Me parece que há uma dificuldade de natureza formal, e aí é muito sábia a orientação do Presidente do Conselho, para que a gente tenha tempo de informação, de maturação para poder resolver e adotar aquilo que nos couber deliberar na sessão próxima agora, mas como se trata de uma questão formal, em que sentido? Trate-se de saber se a permanência no Conselho como Conselheiro Vitalício fere ou não um aspecto legal, nós teríamos que ter nessa decisão futura uma relatoria conclusiva do Comitê Jurídico sobre qual a decisão que nos cabe tomar, ou seja, a nossa decisão como Conselho deve ser precedida de uma peça que oriente a decisão ou que, da qual a gente possa discordar evidentemente, mas que encaminhe, que faça uma relatoria do que nós vamos discutir e aqui, eu faço uma pergunta que pode ser respondida muito rapidamente, o Carlos não é um Conselheiro Eletivo, ele entrou diretamente como Conselheiro Vitalício, certo?

**PRESIDENTE** (Fabio Magalhães) – Veja bem, é certo, inclusive o Estatuto prevê, agora todos os Conselheiros Natos, Eletivos e Vitalícios, têm os mesmos direitos, as mesmas responsabilidades e as mesmas atribuições.

**EUGÊNIO BUCCI** – Sim, mas o Carlos não foi eleito por este Conselho.

**PRESIDENTE** (Fabio Magalhães) – Não foi.

**EUGÊNIO BUCCI** – Tudo bem, era só para saber, a data de nomeação é muito importante, mas o Carlos foi eleito pelos Conselheiros Vitalícios. Portanto, deveria haver ao lado dessa peça, que eu estou chamando de uma relatoria, a manifestação dos Conselheiros Vitalícios que o escolheram, e isso vai instruir a votação do nosso Conselho Curador. Essas manifestações devem preceder, porque nós temos que ter qual é a questão jurídica de forma equacionada, bem explicada, e nós temos que ter também uma manifestação que dê fundamento a escolha feita pelos Conselheiros Vitalícios, e não por esse Conselho, é a sugestão que eu faço aqui.

**PRESIDENTE** (Fabio Magalhães) – Então, é muito importante a sua fala Bucci, até porque a Promotora tomou essa precaução. A Procuradora ela intimou aos três Vitalícios a uma oitiva explicando, entende, porque que foi indicado e o Carlos também. Eu mantive até

pelo caráter, como você explicou, constrangedor e perverso desse tipo de imputação de idoneidade e não idoneidade, eu mantive isso em sigilo, consultei o Comitê Jurídico apenas, e pedi que o Comitê Jurídico não desse conhecimento aos Conselheiros, para que isso fosse resolvido no plano..., sem chegar esse fato ao Conselho, por quê? Porque se trata de uma ação que não cabe a nós julgarmos isso, eu acharia que estaria me precipitando em informá-los sobre isso. Muito bem, o que eu acho importante é que nós fizemos essa oitiva, eu expliquei para a Procuradora os motivos da minha indicação, o Augusto Rodrigues, que não está presente, explicou os motivos da indicação dele, e o Carlos também teve uma oitiva. Muito curioso porque a Curadora de Fundações, ela anexa naquele documento que eu enviei para vocês a oitiva do Carlos, ela cita a minha oitiva no texto, parte da minha oitiva, e não cita a oitiva do Augusto, mas ela põe o acesso a oitiva do Carlos. Contudo essa oitiva é inacessível, eu procurei, pedi à Diretoria Jurídica da Fundação, que através do qual eu tenho contato com a Procuradora, e as diligências não foram bem-sucedidas, ela simplesmente não abriu. Eu não entendi a inclusão, e depois ela justifica que estava fora do ar, ela não deu nenhuma negativa, é verdade, mas o fato é que até agora nós não tivemos acesso. Frente a isso, quer dizer, depois de dizer, eu fiz um documento, formalizei a nossa impossibilidade de acesso a essa parte do documento que ela me obriga a tornar público. Então eu quero dizer o seguinte, eu vou solicitar que o próprio Ministério ele abra, porque é até obrigado a abrir, as oitivas que eu, o Augusto e o Carlos fizemos nesse primeiro momento. Eu achei que esse fato iria ser arquivado, as explicações eram claras, há um vasto currículo do Carlos Magalhães na área cultural, de maneira que... e os cargos que ele ocupou, inclusive importantes, depois de ser demitido da Cinemateca, cargos significativos, tanto na iniciativa privada como na pública, e inclusive como membro desse Conselho, foi membro deste Conselho durante duas gestões. Tudo isso está na oitiva que eu expliquei lá, e ela põe parte da minha oitiva, inclusive no documento que os Conselheiros puderam ler. Mas aqui eu acho que respondendo para você, seria importante dar acesso a vocês a oitiva minha, do Augusto e do Carlos. Vou providenciar, vou pedir a ela, porque ali eu explico as razões pelas quais eu o indiquei, e o Augusto também o indicou.

**EUGÊNIO BUCCI** – Pois é Fabio, mas esse Conselho terá que tomar uma decisão? O que até agora me parece...

**PRESIDENTE** (Fabio Magalhães) – Veja bem, outra coisa, ela não define que decisão nós devemos tomar, ela define que a gente tenha que se manifestar, discutir como estamos discutindo, ela não pede votação nenhuma.

**EUGÊNIO BUCCI** – Então, até agora não é claro para mim que nós tenhamos que tomar uma decisão, mas se a questão se encaminhar para uma decisão ou para algum tipo de votação, que precise passar por esse Conselho, sem antecipar qual seria, eu considero, eu sugiro, eu considero prudente e de grande valia que nós tenhamos uma relatoria jurídica, porque a questão é essencialmente formal, portanto, nós teremos uma orientação jurídica que nos servirá de referência, e que nós tenhamos uma manifestação curta, não precisa ser oitiva e acho que até não deve ser, uma manifestação curta em relação ao que terá que ser decidido se tiver, dos Conselheiros Vitalícios. Nós fizemos essas escolhas, e achamos que a decisão deve ser no sentido A ou no sentido B. Eu acho que isso instruiria de maneira boa o que nós temos para fazer.



PRENOTADO  
4º RCPJ/SP

**PRESIDENTE** (Fabio Magalhães) – Eu não vejo nenhum problema para que isso ocorra, inclusive essa decisão da pauta, de colocar em pauta nessa reunião, foi debatido no Comitê Jurídico com a presença do Carlos, está certo? Quer dizer, as decisões que são tomadas aqui incluíram o Carlos nessas discussões, inclusive no termo de como isso é colocado na própria pauta, e nós colocamos de uma maneira absolutamente pertinente ao documento, não há nada na pauta que exija e nem proponha votação, não há uma proposta de votação aqui, análise e providências sobre a manifestação da Curadora de Fundações. Ela não pede, ela apenas afirma que o Conselheiro não pode exercer essa função, mas ela determina ao mesmo tempo que os Conselheiros todos tomem conhecimento, que não tinham conhecimento, e que os Conselheiros se manifestem, e o teor da manifestação ela também não diz. Então, eu acho que essa é uma reflexão para uma próxima reunião, e acho sim que isso poderia até como antecedência ter o Comitê Jurídico reunido, aliás, o próprio Guilherme havia proposto para mim que fizéssemos uma extraordinária do Comitê Jurídico para trazer mais dados, faria isso com uma certa antecedência também para que os Conselheiros tivessem tempo para examiná-las, não é verdade? E consultar os seus advogados, enfim, etc. Agora veja, toda a questão do processo administrativo do Carlos, eu insisto nisso, é alheio a Instituição, nós temos que discutir a questão da Promotoria Pública, a nossa relação com a Promotoria Pública. Então a questão o Carlos está levando a isso, ela é anterior, como eu disse, a presença dele na Fundação, os fatos ocorreram alheios a Fundação, a Fundação não tem porque se manifestar nesses autos. O que nós temos é mostrar que estamos refletindo sobre a questão, mas ela tem que se manifestar também, porque nós vamos mostrar para ela as nossas dúvidas, porque ela não deixa claro em seus documentos, que decisão é essa que ela quer que o Conselho tome. Portanto, tem todo o direito de voltar a Promotoria e pedir maiores esclarecimentos, que medida que ela quer que se tome.

**LÍGIA CORTEZ** – Nós temos o Carlos Magalhães e o André, e agora o Giovanni.

**PRESIDENTE** (Fabio Magalhães) – O que eu acho Conselheiro, tanto o Carlos, quanto o André e o Giovanni, já sentiram que a maioria nesse Conselho é por essa decisão desse adiamento que nós vamos refletir. Eu vou então, se vocês estiverem de acordo. Vamos esclarecer a data. Era a segunda quarta-feira de dezembro, a data que ele entrou. Você não falou ainda sobre a data Guilherme?

**CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES** – Desculpe eu não estou te ouvindo Guilherme, você procura qual informação?

**MARÍLIA MARTON** – A data exata da sua nomeação.

**CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES** – Outubro de 2022.

**GUILHERME AMORIM** – Outubro de 2022. Se tornou Conselheiro Vitalício em outubro de 2022.

**ANTÔNIO JACINTO MATIAS** – Só um esclarecimento, nós vamos dar uma satisfação à Promotora que o assunto começou a ser debatido aqui, que em função de todas as informações recebidas, o Conselho entende que seria necessária uma manifestação complementar dela, e que nós vamos digerir, digamos assim, todas as informações para uma posterior discussão. Me parece que é importante que nós nos manifestemos para a Promotora, que nós não estamos simplesmente pedindo um novo prazo ou dilatando

o prazo, nós estamos dando a ela uma satisfação de que o Conselho tomou conhecimento e que ele agora vai deliberar. Então, é importante essa manifestação do Conselho para a Promotora, e não simplesmente ela ser informada que nós adiamos.

**PRESIDENTE** (Fabio Magalhães) – Perfeito. Então, eu considero que nós já temos manifestações, uma maioria significativa dos Conselheiros em torno da proposta do Nalini, PAUSA (NÃO HAVENDO MANIFESTAÇÕES CONTRÁRIAS), de maneira que eu vou passar para o item seguinte da pauta, e fazer uma interrupção da reunião, porque no item seguinte da pauta, para que a Diretoria Executiva tenha acesso a reunião.

**CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES** – Fabio, por favor, eu só queria fazer uma manifestação se você me permite.

**PRESIDENTE** (Fabio Magalhães) – Eu permito, mas ela encerra esse assunto.

**CARLOS WENDEL DE MAGALHÃES** – É só uma manifestação de agradecimento a todos vocês, principalmente ao Conselheiro Giovanni Rea, ao Conselheiro Eugênio Bucci, mas ao Conselho de um modo geral, eu queria agradecer, agradecer pela paciência de receber a documentação que eu enviei, e de se dar esse prazo para conhecer melhor, e a deferência com que vocês têm tido comigo. É só essa a minha manifestação, obrigado.

**PRESIDENTE** (Fabio Magalhães) – Então, muito bem, eu vou passar ao item quatro da pauta, vou fazer uma pequena interrupção, e pedir ao Kawano que convide o Diretor Executivo, José Roberto Maluf para participar da reunião, inclusive o Diretor Paulo Ramos da área financeira. E o item seguinte, são as informações financeiras, que será apresentado pelo Márcio, eu vou dar um minuto então de interrupção da reunião.

**LÍGIA CORTEZ** – São dois minutinhos de pausa para darmos prosseguimento a pauta. (PAUSA NA REUNIÃO).

**PRESIDENTE** (Fabio Magalhães) – Então, nós vamos agora entrar ao item que são as informações financeiras como eu disse, que passará a ser uma rotina nas nossas reuniões. Com a palavra o Márcio e o André, que nos apoia nisso, que é o Coordenador do Comitê de Controles.

**MÁRCIO MONTAGNER** – Senhores Conselheiros e Conselheiras, bom dia, representantes da mesa bom dia. Nós vamos agora apresentar o fluxo de caixa, demonstração financeira atualizada pelo fechamento da DRE de setembro. Essa aqui é a demonstração de resultado. A demonstração de resultado projeta um valor negativo para dezembro de dezessete milhões, setecentos e sete. O que impactou da última reunião que foi o fechamento de agosto? Novos eventos, como Governo, nós tivemos uma dotação adicional da folha de pagamento de 3% referente ao dissídio. Então, o dissídio foi dado e o governo posteriormente suplementa isso. Isso foi no valor de dois milhões, ok? Ainda está dentro desse valor do governo os valores de pessoal, custeio e o descontingenciamento também. Na linha de receitas próprias nós tivemos a exclusão dos projetos da Disney e Seduc, e a inclusão do projeto do Sesc, então isso é uma coisa que não estava projetada, aliás, estava projetada e agora está saindo dos nossos valores. Doutor Maluf, o senhor quer dar uma palavrinha referente ao Seduc, pois o senhor deu uma explicação no nosso Comitê de Controles Internos, por gentileza.

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – Bom dia a todos, é um prazer estar aqui de volta. O contrato da Seduc de quatorze milhões e meio, foi interrompido durante as eleições como nós já falamos aqui disso, e nós deixamos de produzir para a Secretaria da Educação de Santos,



PRENOTADO  
4º RCPJ/SP



o canal de educação que é exibido pela nossa afiliada, TV Cultura Litoral de Bertioga e Santos. Agora, fomos procurados pelo Jadir, que é o Diretor Educacional da Prefeitura, para retomar o contrato, e nós estamos nesse momento discutindo que haverá um acréscimo pelas perdas que tivemos para rescindir o contrato com quem estava nos ajudando, contrato de funcionários que foram demitidos, astros e artistas que foram demitidos porque não tinham atividade, agora nós vamos retomar o contrato nas mesmas bases, mas o custo dessa interrupção. Ele deve voltar a operar esse contrato no começo de janeiro, mas não tem ainda nada definido, porque continua suspenso por determinação da prefeitura de Santos. O prefeito de lá foi reeleito, o Rodrigo, e ele tem interesse em manter o contrato conosco, espero que isso aconteça.

**MÁRCIO MONTAGNER** – O Sr. tem algum comentário referente a Disney que também foi excluído do nosso orçamento?

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – Sim, a Disney a negociação é feita pelo Paulo Ramos e pelo Enéas, por que do outro lado de lá tem um filho meu trabalhando, então por problema de Compliance eu não negocieei essas coisas. Peço que o Enéas coloque essa informação.

**ENÉAS CARLOS PEREIRA** – Bom dia a todos. Em relação a Disney o que houve é o seguinte, nós tínhamos um compromisso de assinar o contrato agora para a D23, no evento que eles tiveram a semana passada de lançamento, eu compreendia que eles pagariam para nós sete milhões para transmitir alguns conteúdos nossos, e ficariam responsáveis por três filmes nossos, Cocoricó, Castelo e o terceiro filme nosso que eu não me recordo agora das três propriedades nossas. Acontece, que não assinaram este contrato por problemas burocráticos deles, então nós não podíamos fazer um compromisso de transferir uma coprodução das nossas propriedades intelectuais para eles, sem essa outra contrapartida, até porque nós temos outros interessados, Netflix é interessada em produzir o Castelo, o Cocoricó tem a HBO para produzir, então diante disso não houve rompimento do contrato, o que aconteceu é o seguinte, vamos aguardar, vocês resolvam o problema de vocês aí em relação a esse tramite burocrático, e a gente está aqui aguardando, só que estamos abertos a outras propostas agora. Foi isso que aconteceu.

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – Outro assunto ainda relativo aos números é que o contrato do Sesc São Paulo de doze milhões, não foi assinado ainda e está no Conselho do Sesc. Temo que possa ficar para o ano que vem, temo, não sei o que vai acontecer, porque nós demos um desconto muito grande se eles fizessem o contrato conosco nesse ano. Eu lembro que esse contrato do Sesc é para transmitir em um dos nossos canais acessórios, o canal da TV Cultura Sesc, ou melhor, a programação da TV Sesc enxertada com o nosso jornalismo, etc. Está tudo ok, o contrato está pronto, está na mão deles, mas está no Conselho do Sesc para definição. Lamentavelmente ainda não conseguimos assinar o contrato.

**MÁRCIO MONTAGNER** – Obrigado.

**ANDRÉ LAHOZ** – Maluf? André aqui. São quatro milhões, não é isso?

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – A parcela são quatro milhões.

**ANDRÉ LAHOZ** – E já está considerado isso.

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – Está considerado. O total do contrato são doze milhões, quatro agora, três em janeiro e os demais um milhão por mês.

**ANDRÉ LAHOZ** – Então um dado preocupante aí que o Maluf está dizendo, é que aquele dezessete e setecentos inicialmente vai a vinte e pouco.

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – Pode aumentar, pode aumentar, ainda não está definido. Eu marquei com o Ivo Dall'Acqua Júnior, que é o Presidente em exercício no Lugar do André Schaima, quando ele não está disponível, esse Ivo é meu colega de turma e eu marquei com ele para a semana, não essa, a próxima, não outra, para tentarmos resolver isso aqui ainda esse ano.

**MÁRCIO MONTAGNER** – E nas contas de despesas elas compõem os gastos mensais, mas a apropriação é dos custos do projeto com a Petrobrás e da Casa Brasil. Então gerando esse valor final aqui de dezessete e setecentos. Podemos passar para o fluxo de caixa. André.

**ANDRÉ LAHOZ** – Deixa eu só fazer um comentário, acho que está claro para todo mundo, ele é bem auto explicativo ali, se a gente olhar o acumulado até setembro, a gente tinha projetado um resultado negativo de um e meio, e na verdade tivemos mais de vinte milhões negativos, essencialmente o que aconteceu até setembro é o que está se mantendo aqui até com uma melhora na margem, mas ao que a depender do que o Maluf acabou de trazer, pode ficar mais ou menos a mesma coisa, ou seja, um ano muito difícil que a gente teve, a gente vai trazer isso mais detalhado na próxima, a ideia aqui como disse o Fabio, é que a gente apresente isso mês a mês, então é para ninguém, tomar susto, mas esse número não estava no nosso radar. Eu acho que tem que estar no nosso radar e no próximo..., já estou me antecipando aqui a fala que eu falaria no fim, mas enfim, na próxima reunião que será a última do ano, a gente quer ter então um olhar um pouquinho mais detalhado sobre o que aconteceu nesse ano, ainda não serão obviamente números finais, mas a partir daí vai mudar muito pouco e também a gente vai olhar o orçamento do próximo ano com um pouco de detalhe, porque eu acho que essa é uma questão que é preocupante, e a gente tem que estar atento para isso daí. Se esses quatro milhões entram aqui ou ali, na verdade não vai mudar tanto, vai mudar o número obviamente, mas se entrar em janeiro a verdade é que..., tudo bem, é uma receita que entrou, só não entrou no ano calendário que vai estar aqui, vai piorar esse ano e melhorar o próximo. No fundo é isso. Mas eu acho que a gente precisava ter como Conselho, uma clareza grande sobre essa situação que a gente está vivendo, e o que a gente vai projetar para o próximo ano.

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – Sim, até porque há duas receitas que a gente não tem falado porque elas não aconteceram, mas deve acontecer até o fim do ano. Primeiro, assinamos, não assinamos, vamos assinar um contrato com o Fiesp e Sesi de trinta e seis milhões para produzir no Mundo da Lua, textos novos, atores alguns antigos, quem era pai vira avô, quem era filho vira pai e etc., textos completamente diferentes, diretores novos e etc., e estamos também com a receita da Lei Rouanet pendentes com três grandes clientes que também vai melhorar o caixa, mas a gente fica antecipando e depois não dá certo, então eu prefiro deixar para o mês de dezembro.

**ANDRÉ LAHOZ** – Mas eu acho que nessa do fim do ano a gente teria que trazer uma coisa bem...

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – Não, teremos tudo pronto.

*ty* *juj*

PRENOTADO  
4º RCPJ/SP

**MÁRCIO MONTAGNER** – Fluxo de caixa. Se os senhores observarem nós começamos o fluxo de caixa no ano com dezoito milhões, então de uma certa forma ele acaba absorvendo o negativo de dezessete. E lembrando ainda que o fluxo de caixa ele é considerado por regime de caixa, e o da DRE é por regime de competência. Então, há diferença, ok? Então como exemplo, a depreciação acho que é por volta de cinco milhões, ela é considerada na DRE, mas não é considerada aqui. Eventualmente uma provisão de férias na DRE, mas não é considerado aqui, então nós fechamos aqui com um saldo final positivo de quatro milhões, setecentos e sessenta e cinco, sendo que na apresentação passada, nós fechamos com um positivo de três milhões, novecentos e oitenta e nove, então já houve o incremento projetado para o ano por fluxo de caixa.

**ANDRÉ LAHOZ** – Que é coerente com..., de fato não dá para somar, são coisas diferentes, mas é coerente com o que a gente viu ali, até setembro está pior do que está até dezembro projetado, então houve..., isso aparece aqui também. Um outro lado de olhar é que nós terminamos com um saldo positivo e isso é ótimo, mas abrimos com dezoito e terminamos com cinco, quer dizer, é um outro reflexo desse ano difícilíssimo que a gente enfrentou.

**MÁRCIO MONTAGNER** – Mais alguma pergunta? (Sem manifestações). Agora para finalizar, como houve aquele evento do Solar Fabio Prado, foi combinado com o André que nós demonstraríamos quais são as principais apólices de seguro, e as coberturas existentes. Então, nós estamos cobertos com a sede, incluindo as nossas antenas e as outras unidades, o Solar Fabio Prado que era um questionamento, poxa, será que tem o seguro do Solar pelo evento que ocorreu? Sim, nós temos. Obras de artes, nós temos 100% das obras de arte dentro da nossa apólice de seguro, incluindo dois quadros da Tomie Ohtake de um milhão e meio e um quadro da Beatriz Milhazes de três milhões e meio. São os maiores valores, então eles estão cobertos dentro dessa apólice de seguro. Nós temos aí outras apólices para os diretores e administradores que é o risco executivo desde que não haja dolo, o de vida em grupo dos funcionários, e a garantia TV Câmara que é um seguro que nós temos que fazer para garantir o serviço que nós estamos prestando a um ente público. Então esses são os principais para poder dar o conhecimento ao Conselho, pois nunca foi citado esse assunto.

**LUIZA TRAJANO** – Quando custa?

**MÁRCIO MONTAGNER** – Eu preciso levantar. Se a senhora quiser eu levanto de todas as apólices e passo para a senhora.

**ANDRÉ LAHOZ** – Você tem Paulo isso daí de cabeça ou não?

**MÁRCIO MONTAGNER** – Nós temos, na planilha passada nós temos.

**ANDRÉ LAHOZ** – A gente fica devendo então e nós passamos.

**MÁRCIO MONTAGNER** – Nós passamos para a senhora e para o Conselho.

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – Paulo, qual é o valor aproximado?

**PAULO RAMOS** – Aproximado de todas essas apólices deve gerar em torno uns 300 mil reais, 400 mil reais, por aí.

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – 300 mil reais ou 400 mil reais o valor de todas essas apólices.

**PRESIDENTE (Fabio Magalhães)** – No caso das artes plásticas que eu tenho..., participo dos Conselhos de Museus, ela é na faixa de zero dois, zero três do valor.



**ANTÔNIO JACINTO MATIAS** – E esse seguro cobre exatamente o que, incêndio, roubo, o que é a cobertura?

**ANTÔNIO JACINTO MATIAS** – Incêndio, roubo basicamente ou outras

**MÁRCIO MONTAGNER** – Isso, sinistro no geral.

**PAULO RAMOS** – Na verdade, existem aí várias apólices, a primeira onde está mencionado a sede e outras unidades, seria essa apólice patrimonial que cobre roubo, furto, incêndio e etc., e as demais apólices são apólices pontuais ou a do Solar Fabio Prado que tem a mesma finalidade também, ou então as obras de arte, a diretores e administradores, que tem uma previsão estatutária, estações interior são as antenas que a gente tem espalhadas pelo país, equipamentos cinematográficos são os equipamentos que são utilizados em operações externas quando a equipe de jornalismo sai com alguma função e leva câmera e etc., vida em grupo é a parte de funcionários e a garantia da TV Câmara, é uma apólice que ela cobre a operação do convênio com a TV Câmara, a operação que a gente tem com eles.

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – Ok, obrigado.

**MÁRCIO MONTAGNER** – É isso então senhores e senhoras.

**LÍGIA CORTEZ** – Obrigada Márcio. Vamos dar continuidade na nossa pauta. Agora a gente vai com as informações sobre as programações das Rádios e TV Cultura, então Presidente...

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – Bom, hoje eu li o Antena Ligada do Sindicato, e o Sindicato reclama que nós tendo sido descontingenciado o valor com o Governo do Estado, não voltamos com alguns programas, mas a gente nunca prometeu voltar com todos os programas se descontingenciado. Nós precisamos pagar a conta da Fundação, programas que não tem receita e não tem perspectiva de receita, nós pretendemos trazer outros no lugar, então eu vou dar um exemplo típico, o Estação Livre do jeito que é feito, era feito por nós, está hoje em reprise no ar, ele terá que ser modificado para que seja possível de captar publicidade. Nós devemos ter lançamentos até o fim do ano, dezesseis programas novos, dezesseis lançamentos, não quer dizer que necessariamente nós temos que colocar de novo o programa X ou Y que não tem receita e não terá receita, nós traremos outras coisas. O Enéas depois vai detalhar esses dezesseis programas, mas antes de mais nada eu queria mostrar um vídeo para os senhores do que nós estamos fazendo, do que tem sido feito e do que virá pela frente. (Amostra vídeo).

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – Muito bem. Enéas, peço que você dê uma detalhada aí no que a gente está lançando de novo, e lembrando que o Castelo lá no Solar Fabio Prado está recebendo cerca de mil e quinhentas pessoas por dia, algum Conselheiro quer ingressos para os seus filhos, netos, bisnetos, estão à disposição, basta pedir para a Dona Miriam, que ela fará contato aqui com o pessoal que cuida do Solar, e nós mandaremos os ingressos para os senhores, free, sem pagamento, é convite da Fundação Padre Anchieta.

**MARIA ALICE SETÚBAL** – O ingresso tem data?

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – O ingresso tem data, mas no caso de vocês não tem horário, porque tem horário também o ingresso. Nós deixamos entrar 150 pessoas por hora, é um rotativo que em determinado momento termina, não tem como ter mais. Por

PRENOTADO  
4º RCPJSP

exemplo, domingo passado às três horas da tarde fechamos os portões, e não entra mais ninguém porque não pode, problema de segurança. Então, quem quiser ingresso, todos estão convidados, levem..., mas quem quiser ver também pode ir sem levar netos, filhos, levar nada, pode ir, eu fui lá só olhar, eu levei dois netos, mas não precisava. Muito bem, Enéas, por favor, fale aí das nossas novidades que são muitas e vamos nós.

**ENÉAS CARLOS PEREIRA** – Bom, vamos lá. Primeira coisa, voltando, a terceira propriedade intelectual nossa que está envolvida com a Disney é o Mundo da Lua, o filme, não a série, então a gente está negociando os três filmes com uma dessas empresas. Em relação a novembro vocês viram no vídeo, basicamente o que está por vir ainda é que a partir de hoje a gente começa o filme do Carlito Maia, documentário, a gente tem uma semana dedicada a questão da Consciência Negra, e isso é bem importante, e a estreia, a pré-estreia e conseqüentemente a semana que vem a estreia do documentário, da série documental dos 200 anos do Senado.

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – Dia 15.

**ENÉAS CARLOS PEREIRA** – Dia 15 a gente faz a primeira pré-estreia. Hoje está sendo lançado em Brasília.

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – Hoje está sendo lançado no Senado.

**ENÉAS CARLOS PEREIRA** – Isso, e a gente faz a exibição aqui em pré-estreia na sexta-feira, e recomeça a série na semana que vem. Essas eu acho que são as grandes pedras aí desse final de mês. Em relação a dezembro, que eu estava comentando com o Maluf, com todas essas questões que a gente vem vendo e vivendo aqui, a gente tem dezesseis estreias, que é uma coisa bacana para nós, eu particularmente me sinto muito gratificado com essa questão de ter dezesseis novos programas, e aí quando eu falo programas são produções nossas, são produções de terceiros, são captações de shows que a gente faz, e entre essas coisas que a gente apresenta agora em dezembro e traz para o público, a gente vai ter a peça do Quintal da Cultura, o musical que está fazendo um sucesso enorme lá na Fiesp, a gente conseguiu com eles para que a gente grave, e vamos transformar em um especial para as crianças de final de ano, que é em Busca da Identidade, a gente tem aí o show do Alceu Valença, que muitos dos senhores estiveram presentes, a gente tem dois episódios dele porque o show ficou bem grande, temos um documentário com os 55 anos da TV Cultura, temos a transmissão do evento do Teatro Municipal, uma série de documentários, documentários da Sala São Paulo, documentários do Brasil Toca Choro, todos esses produzidos por nós aqui, a gente vai ter uma série de outros documentários produzidos aqui, que a gente vai exhibir aqui, além de produções de terceiros, tanto filmes adquiridos por meio do PROAC, a gente tem aí, a gente adquiriu praticamente quarenta grandes filmes brasileiros por meio do PROAC, PROAC não, da Paulo Gustavo, e a gente vai ter isso aqui, tem uma exibição também muito interessante, o lançamento e uma série produzida por nós pelo Miguel de Almeida chamada, Brasilsil que na realidade é assim, são pessoas que estão pensando o Brasil contemporâneo. Essa é uma série que se chama Brasilsil e estreia agora também. Então assim, são várias ações que a gente tem agora para dezembro e talvez uma, eu até me atrasei um pouquinho agora para chegar, porque eu estava acabando de fechar, essa não é para dezembro, mas aquilo que nós conversamos no almoço ontem e agora eu estava com o Fábio Borba lá, a neta da Inezita me ligou a semana passada para dizer

que completam 100 anos da Inezita o ano que vem, e 10 anos da morte dela no dia 8 de março, no dia Internacional da Mulher. A Paula me ligou e eu falei: Paula, de novo, a gente já fez um documentário. Eu falei: Se eu pudesse fazer alguma coisa, eu faria um grande show com as Jazz Sinfônica com arranjo, chamo os dois apadrinhados dela, o Renato e o Daniel, e chamamos outros, e fazemos um grande show em homenagem a Inezita, que eu acho que isso pode ser interessante. Ela gostou da ideia, eu aproveitei que eu estava em Goiás a semana passada, liguei para a caipirada toda e falei: Oh, se tiver um show da Inezita, vocês topam fazer a preços módicos? Ai, vamos, vamos. Então eu acho que está nascendo essa ideia no dia 8 de março, no dia Internacional da Mulher, um grande show, está bom.

**JOSÉ ROBERTO MALUF** - Bom, tivemos também uma reunião com o Instituto Vladimir Herzog, e vamos produzir três grandes produtos para o ano que vem em que será o ano de 50 anos de falecimento do Vlado, e nós vamos referenciar essa data. A data é 15 de outubro, mas faremos..., 25 de outubro, mas nós faremos um Roda Viva no dia 20 com uma história dele desde que nasceu na Europa, estamos já atrás de dados e informações.

**MARIA ALICE SETÚBAL** – Dá para falar que teve uma ocupação o Vladimir Herzog no Itaú Cultural, então eles devem ter bastante material, acho que vale a pena você entrar em contato com o Saron.

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – Vou ligar para o Saron, pode deixar.

**MARÍLIA MARTON** – Só uma observação Maluf, que eu acho que nessas efemérides que vocês estão levantando, o ano que vem a gente tem os 60 anos da Jovem Guarda...

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – Ah, outra coisa importante.

**MARÍLIA MARTON** – Eu ontem estive com a OSESP também pedindo, mas eu vou também pedir para que todas as organizações, os equipamentos do Estado de São Paulo também promovam isso, porque a gente está falando de muitos artistas que revolucionaram uma época, então eu acho que vale muito a pena a gente falar sobre isso.

**LUÍZA ROMERO DE MORAES** – Eu queria aproveitar para dar os parabéns para o sempre prolífico Enéas, que está sempre conseguindo tantas coisas para a programação em um momento tão difícil que a gente vive da economia, a Luiza que está no varejo sabe bem do que eu estou falando, a situação não está fácil para ninguém, quem faz supermercado também sabe que a situação não está fácil. Mas, eu queria aproveitar também para ressaltar esse trabalho de vocês e da direção, que tem sempre tentado de alguma forma auferir recursos próprios para a casa, para perguntar, como é que está a situação também para orçamento do ano que vem. A gente sabe que para o ano que vem a gente tem uma previsão orçamentária, o projeto de lei já foi encaminhado a Alesp esse ano, e foi previsto zero reais para o orçamento de custeio, a gente tem um orçamento para pagamento de folha, mas não tem nenhum centavo para o custeio, o custeio são aqueles doze milhões que estavam contingenciados esse ano, e que para o ano que vem não tem previsão, então eu queria saber se a casa também está se movimentando nesse sentido aproveitando que o Paulo está aqui.

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – Bom, o orçamento para o ano que vem eles tiraram todas as rubricas menos salários, então o orçamento não contempla investimento, nem custeio. Foi enviado para a Assembleia Legislativa e nós tivemos três reuniões no Palácio dos

*Handwritten signatures in blue ink.*



Bandeirantes, com o Secretário Afif Domingos, Gilberto Kassab e Arthur Lima, e conversamos muito sobre esse assunto, e eles prometeram verificar da possibilidade com o Kinoshita, com quem estamos marcando uma reunião, o Kinoshita é o Secretário da Fazenda que tem assento aqui no Conselho inclusive, marcar com o Kinoshita para rever essa possibilidade. Nós pedimos dezesseis milhões de custeio e ele veio zero, mas vamos ver se a gente modifica isso. Paralelamente a isso, nós estamos esperando a nomeação do relator na Assembleia..., já sabemos que é ele, mas ele ainda não..., mas ele não está tocando ainda o orçamento. Marcamos com o André do Prado, e marcamos com ele para conversar essa semana próxima para tratar desse assunto, vamos ver se a gente consegue modificar esse orçamento.

**MARÍLIA MARTON** – Só para deixar claro aqui que investimento não é uma coisa exclusiva da TV Cultura, nenhuma Secretaria recebe recurso de investimento, porque o recurso de investimento ele é dado conforme o ano vai se mostrando positivo no governo, para não se comprometer a parte das obrigações de pagamento. Com relação a folha de pagamento, só também para os Conselheiros entenderem, como há recomposição salarial, o valor que estava em custeio foi migrado para a área de salário, ok? Porque você tem uma recomposição salarial que vai acontecer em algum momento.

**LUÍZA ROMERO DE MORAES** – Esse ano foram cento e quatro, para o ano que vem cento e nove, são cinco milhões a mais e nesses cinco milhões deve estar contemplado os 3% que o governo deu, e o crescimento orgânico da folha, mas ele não chega a recompor o restante todo que tem que ser pago.

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – E o mesmo valor...

**MARÍLIA MARTON** – Só para não sair daqui o que significa isso? Que não terá contingenciamento, porque no descontingenciamento não se contingencia folha de pagamento, então o ano vai ser aberto inteiro, e o salário dos funcionários está garantido, porque esse tipo de fala depois sai parecendo..., ah, então já tem que mandar todo mundo embora.

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – Não, está tudo claro, mas uma só coisa, quer dizer, os cinco milhões a mais que vão para a folha, não é o valor de custeio que nós tínhamos, nós tínhamos doze e novecentos, e além disso nós estamos pedindo pelo menos quinze para esse ano, mas tudo bem, isso a gente vai conversar com as áreas de dinheiro. Li no jornal de hoje de manhã que o ICMS previsto para o ano que vem, está sendo previsto dezoito e tantos por cento de aumento no ICMS, então, quer dizer, deve sobrar alguma coisa. ICMS inclusive é uma das coisas que eu quero conversar com o Governo do Estado, e com a Secretaria que é do Governo do Estado também, evidentemente, para ver se a gente consegue fazer como as Universidades, ao invés de ter um valor que toda hora nós temos que discutir quanto é, quanto não é, botar um pequeno percentual do ICMS como tem a USP, a Unicamp, a Unesp, para a Fundação Padre Anchieta, isso se for possível, será uma grande solução.

**MARÍLIA MARTON** – Eu não sou Secretária da Fazenda, não posso falar sobre isso, mas já aviso, com uma reforma tributária que é impossível esse tipo de discussão neste momento. Então assim, só para não falar ilações, a gente vai discutir isso e depois o Governo tem má vontade. Neste momento qualquer..., eu estou falando isso porque nós estamos discutindo o Proac e o ICMS Maluf, que é uma lei que já está posta, e que



na discussão sobre a reforma tributária, o governo do estado de São Paulo gostaria que tivesse esses mesmos cem milhões embutidos lá nos benefícios da nova reforma tributária. Não é uma conversa fácil, e eu acho que não é o momento de conversar isso em que nós estamos a menos de dois anos de implantar uma nova lógica tributária no país.

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – Está certo, mas de qualquer forma nós temos que plantar a semente, e o momento oportuno, quando ele chegar, a gente já plantou a semente para ver se conseguimos discutir. É isso.

**LUÍZA ROMERO DE MORAES** – A resposta já foi dada, obrigada.

**LUIZA TRAJANO** – (2:01:45 – inaudível) funcionários que não está tendo demissão, que não está tendo isso, porque senão começa ter greve, a comunicação é muito importante, eu sei que vocês são, mas da outra vez a gente percebeu que faltou comunicação, porque eles foram aí para a porta e tudo mais, então eu acho que é muito importante a gente levar isso, porque aí todo mundo acaba levando, antecipação disso é uma boa prática de gestão e você representa os funcionários, então se você não está satisfeita a gente tem que discutir aqui, mas se está, a gente também tem que levar para deixar os funcionários tranquilos, e sobre o mercado eu só queria dizer que o mercado melhorou muito, as notícias são piores do que existe, porque existe um jogo político pesado, tirando o juro que é alto, mas o mercado melhorou bastante, o mercado do varejo inclusive, não sei supermercado, então eu só estou querendo dar essa notícia, porque inclusive nós vamos investir na Livraria Cultura, e eu quero deixar para todo mundo muito claro que vai continuar o teatro, vai ter cultura, nós estamos contratando inclusive da cultura, porque lá é uma história e não vai ser o Magazine que vai falar, é um super app nosso que vai ter todas as nossas empresas, vai ter a Casa da Lu, vai ser uma coisa muito diferente, nós estamos contratando alguém só para mexer com a parte cultural, para resgatar a avenida Paulista, porque é uma história lá e nós nem podíamos fazer diferente, eu não queria, mas mesmo assim..., porque lá tem uma estrutura. Então eu quero deixar bem claro que o teatro continua, a gente vai poder fazer reunião lá se quiser um dia...

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – Eu quero botar a Jazz Sinfônica tocando lá.

**LUIZA TRAJANO** – Então, e a nossa historiadora fez um trabalho muito grande na avenida Paulista inteira, quem teve reunião comigo já levou, da avenida Paulista inteira, está passando toda a história da avenida Paulista no primeiro andar, nós temos uma empresa que é a Estante Virtual, nós vamos ter os livros de sebo lá, então assim, a gente está resgatando muita coisa, até não podia ser diferente, independente de eu não ser ligada nisso, mas é uma cobrança da sociedade, lá tem uma história, então até os sebos vão estar, vão ter lançamentos de livros, vai ter tudo normal, mas uma exposição do nosso..., então eu quero deixar isso bem claro e dizer que o mercado tem reagido mais do que estão se falando. Lógico, enquanto o juro está alto em um país como o nosso, nada é tão bom quando o juro cai, eu não estou aqui discutindo porque o que tenho discutido de juros eu tenho falado nos jornais, não tenho medo de falar nos jornais. Então assim, mas eu estou dizendo que não está tão ruim, e cumprimento você que realmente está tirando leite, porque ainda não vai ter uma Lei Rouanet tão boa esse

PRENOTADO  
4º RCP/USP

ano, como eu acredito que o ano que vem, a partir de outubro, vai ser melhor a Lei Rouanet para vocês trabalharem.

**LÍGIA CORTEZ** – Luiza, o teatro agradece, realmente quem pensa em teatro...

**LUIZA TRAJANO** – O nome dela está sendo totalmente..., vai se chamar Eva mesmo, e a bilheteria vai mudar de lugar, e nós estamos contratando até a pessoa que montou o teatro para a Rede Cultura, e que conhece cada cadeira de lá, nem pode ser diferente gente, todo mundo tem um carinho com aquele espaço muito grande, lógico que nós vamos ter uma exposição das nossas empresas todas, época e tudo mais, mas de uma forma totalmente diferente, vai até chamar Magalu e não Magazine Luiza, porque não é uma loja normal lá, vai ser uma loja que mostra..., porque a grande preocupação da população é essa. Vamos inaugurar no fim de abril, então já não é tão longe assim.

**LUÍZA ROMERO DE MORAES** – Quero agradecer porque eu era...

**LUIZA TRAJANO** – Vocês todos estão convidados.

**LUÍZA ROMERO DE MORAES** – Quero agradecer, porque eu era muito frequentadora da Livraria Cultura, e acho que é um espaço que realmente faz falta, e eu vi que eles inclusive durante agora a audiência pública no STF, o Presidente da Associação Nacional de Jogos e Loterias estava defendendo a lei das Bet's para refutar o pedido da Confederação Nacional do Comércio, e disse que tinha uma pesquisa do Itaú votando melhor a do varejo.

**LUIZA TRAJANO** – Luíza, agora eu quero só te falar da Lei das Bet's, porque tem gente se suicidando...

**LUÍZA ROMERO DE MORAES** – Eu tenho feito matéria todo dia.

**LUIZA TRAJANO** – Por exemplo, nós temos funcionária de dez anos que está devendo quinze, vinte mil reais lá de baixo, e que está sendo pressionada pelos agiotadas, ou você empresta, ou a família vai ser morta. Então tem gente se suicidando, não é tão simples, eu acho que vocês até podem fazer um estudo sobre isso, está muita gente entrando, então assim, não é a classe alta que está jogando na Bet, é a simples. Olha, o que tem de gente se suicidando, tem funcionário nosso desesperado lá da ponta pedindo quinze, vinte mil reais porque está sendo pressionado, é uma coisa muito mais séria do que a gente pode pensar, muito mais séria, então não é tão simples assim.

**LUÍZA ROMERO DE MORAES** – Todos os dias a gente tem feito matéria, o Presidente sabe disso, porque ele nos solicita, nos orienta nesse sentido e a direção de jornalismo também.

**LUIZA TRAJANO** – O Instituto do Varejo tem um estudo que eu posso passar para vocês, não é para vocês noticiarem, não estou falando isso, mas é para vocês tomarem conhecimento, a gente está discutindo em Brasília, é um estudo tópico, tudo que representa das classes que está pegando e tudo. Essa semana eu falei com o Ministro Haddad, a gente já levou ao Vice-presidente Alckmin para tomar medidas, é muito mais grave, essa lei até dezembro..., porque eles gastaram o Minha Casa Minha Vida, o pessoal tirou a comida para poder comprar isso e depois não ganha, está endividado, entra os agiotas e começa a pressionar, vou te matar, vou te matar, eu mostro milhões de coisas, mas o IDV não é um estudo do Magazine, é um estudo geral em que está a nossa equipe, todo mundo, e eu vou pedir para mandar para vocês, porque eu acho que é importante analisar e quem mais quiser, é do Instituto do Varejo, para mostrar o que

está representando para a comunidade mais simples do país, é ela que está sendo atingida e tem..., eu conheço duas empregadas domésticas de amigas minhas que se suicidaram por causa de Bet. O nível de jovens também é muito maior do que a gente pode pensar, agora esquece a Bet, a gente tem que entender de primeiro, os jovens para se suicidarem ou os adultos, eles ficavam no quarto, não comiam, não faziam nada, hoje eles saem para a escola e jogam dentro do metrô. Então, quer dizer, eles não dão sintomas tão fácil no cuidado com a depressão, o sintoma não está tão evidente como era antigamente.

**LÍGIA CORTEZ** – Aproveitando a sua fala Luiza, eu também trabalho muito com jovens, a gente fala bastante de crianças aqui, mas nós temos que dar um olhar, talvez pensar para o ano que vem, muito voltado ao jovem na TV Cultura.

**LUIZA TRAJANO** – Nós temos funcionários viu gente, e nunca precisamos usar tanto a área emocional, terapeuta para funcionários como nós estamos usando agora, é muito sério o que está acontecendo no pós-Covid, as depressões e tudo mais. Então eu concordo com as crianças, mas também eu acho que tem que esclarecer para os funcionários, o que vai acontecer até para não deixar eles inseguros, eles mal, de uma coisa que não precisa, de uma coisa que como a Secretária falou, está imprevista, vai dar, porque gera muita insegurança quando mexe no bolso daqueles que vivem do arroz e feijão também.

**PRESIDENTE** (Fabio Magalhães) – É bom reforçar que a TV Cultura tem insistido muito no combate a essa questão dos jogos, nós temos levado essa discussão a sério, temos aprofundado essa discussão, e nós não assistimos isso nas outras emissoras, muitas delas inclusive estão se transformando em casas de jogos. Então isso é muito importante, é um dos temas, a própria Neca sugeriu que esse tema fosse debatido aqui, e eu tenho visto no nosso jornal e em outros programas, que esse tema está sempre presente, e acho Maluf, que nós devemos continuar batendo nessa tecla.

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – É uma orientação nossa para o jornalismo desde aquela primeira reunião que a Bia levantou esse assunto.

**LUIZA TRAJANO** – Se quiser receber o trabalho do IDV também, é só me passar que eu peço para o pessoal passar para vocês. É um trabalho já de seis meses que está sendo feito, isento, quer dizer, não tem nenhuma empresa no jogo, mas está mostrando a realidade que está acontecendo. Hoje está em Brasília o pessoal do IDV para tentar mostrar isso.

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – Bom, de qualquer maneira, a única emissora de televisão que briga com as Bet's somos nós, as outras se juntaram a alguma empresa de Bet, ou estão abrindo a própria como a Bandeirantes, que colocou o próprio nome da rede BandBet. Eu nunca vi isso na minha vida, mas de qualquer maneira o Gonê está tentando derrubar a lei, eu não acredito, mas vamos ver o que vai acontecer.

**LÍGIA CORTEZ** – Muito bem, vamos dar segmento.

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – Só uma coisinha aqui para eu responder para a Secretária. Quando a gente propõe uma coisa..., nós temos hoje um bom relacionamento com o Governo, e nós vamos sempre tentar resolver o problema da Fundação, também não vamos jamais dizer que o Governo não atendeu ou não fez isso, ou não fez aquilo, nós lutamos pelo bem da Fundação, se possível trocar uma receita que tem hoje por uma





de forma fixa, de ter uma receita para a Fundação, será maravilhoso, senão, continuamos como estamos sem nenhuma dificuldade. Vamos lá.

**LÍGIA CORTEZ** – Bom, o nosso item seis são os informes do Comitê Jurídico e do Comitê de Controles Internos, que nos parece que já foram realizados, certo?

**PRESIDENTE** (Fabio Magalhães) – Certo. Então, só um tema que eu quero trazer nos outros assuntos gerais, que não pode deixar de ser mencionado e é inadmissível, inadequada, a carta que o Conselheiro Giovanni Rea reproduziu a todos os Conselheiros. Eu vou ler ela aqui: *“Caro Carlos, manifesto a minha total e incondicional solidariedade ao amigo. O expediente utilizado para tentar macular sua pessoa se assemelha aos métodos da Camorra. É fato que pessoas que incomodam ganham atenção dos canalhas de plantão, todos nós, pois se utilizam dos mais abjetos e covardes meios de nos calar, inclusive a conduta de abordar familiares, como no meu caso, sugerindo que o meu mandato na Fundação Padre Anchieta, estava causando problemas para a Instituição. Peço desculpas pelo desabafo, mas não consigo me calar diante de tantas injustiças. Registro aqui o meu desagravo à Presidência do Conselho Curador, pela maneira grosseira como encaminhou o expediente do Ministério Público acerca dos fatos.”* Peço ao Conselheiro Giovanni Rea que se manifeste. Isso é intolerável, isso ele inclusive fere a própria ética entre os Conselheiros, e essa não é uma maneira de se manifestar em relação ao Conselho. Eu acho que a maneira grosseira está demais ao missivista do que a mim.

**LÍGIA CORTEZ** – O Giovanni Rea saiu.

**PRESIDENTE** (Fabio Magalhães) – Então ele vai ter que responder isso em uma próxima reunião. Essa coisa do meu ponto de vista, fere todo o Conselho, e é intolerável por parte do Conselheiro. Nunca houve nada semelhante nos vinte e tantos anos que faço parte desse Conselho. Então está encerrada a reunião, mas antes eu quero agradecer...

**ANTÔNIA QUINTÃO** – Eu estava esperando outros assuntos.

**PRESIDENTE** (Fabio Magalhães) – Pois é, nós estamos nesses outros assuntos. Pode falar.

**ANTÔNIA QUINTÃO** – Muito obrigada. Então bom dia a todas e bom dia a todos. Lembrar que nós estamos no mês da Consciência Negra, e eu chego aqui trazendo a pauta da diversidade, da equidade e da inclusão, e eu quero lembrar que o nosso Presidente, Fabio Magalhães, fez a gentileza de compartilhar conosco aquela matéria do Jornal Folha de São Paulo, dando conta de que a nossa Conselheira a Eunice Prudente é a primeira mulher negra na Academia Paulista de Letras Jurídicas. Então, eu quero manifestar aqui publicamente os meus cumprimentos à Professora Eunice Prudente, pela justíssima homenagem, cumprimentar também a Academia Paulista de Letras Jurídicas pelo reconhecimento, sem dúvida alguma nós temos mulheres negras com currículo, com experiência e com qualificação para assumir muitas academias. Gostaria de destacar que a professora Eunice Prudente é uma referência não apenas pela sua trajetória acadêmica, uma trajetória acadêmica de muito sucesso, mas também como ativista pela luta dos Direitos Humanos, pelos Direitos da População Negra, e dizer que eu tive o privilégio também de conhecer o outro lado da professora Eunice Prudente, como estudante lá na (2:15:32 – inaudível) USP, a professora Eunice Prudente é sem dúvida alguma uma das pessoas mais integras, mais assim amável, gentil, ela tem uma

característica muito interessante, ela recebe e atende todos sem distinção, isso desde a época que eu era estudante, não faz distinção, nunca fez entre estudante e professores, ela é de uma gentileza enorme, tenho uma sincera admiração e ainda eu diria assim, como a cereja do bolo, a professora Eunice Prudente é uma das mulheres mais elegantes que eu conheço. Então eu quero deixar aqui manifestado essa minha homenagem, esse meu reconhecimento, e esse meu cumprimento à professora Eunice Prudente.

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – Uma salva de palmas. (Salva de palmas).

**ANTÔNIA QUINTÃO** – Quero dizer também que eu me sinto aqui na obrigação de prestar conta, na última reunião eu havia dito que participei da reunião do Comitê Estratégico, no dia 2 de outubro, fui muitíssimo bem acolhida, fiz algumas sugestões e todas elas foram também muito bem recebidas, e foi sugerido que eu fizesse uma palestra. Eu me comprometi com essa palestra, acho que a Beatriz ia entrar em contato, mas houve ali alguma dificuldade de comunicação, ela não entrou em contato e eu também não tive tempo de contatá-la, mas para dizer que eu continuo firme com essa minha proposta, e o mês de novembro para a gente, que é da área do Movimento Negro, é um mês onde a gente não tem mesmo agenda, então vamos retomar para 2025 e contem comigo para essa palestra.

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – Se você topar, podemos fazer em dezembro ainda.

**ANTÔNIA QUINTÃO** – Não sei dezembro, aí depois a gente vê.

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – Eu vou pedir então para a Bia combinar com você.

**ANTÔNIA QUINTÃO** – Está bom então, eu fico muito agradecida.

**JOSÉ ROBERTO MALUF** – Ou com a senhora.

**ANTÔNIA QUINTÃO** – À vontade, ou professora que é o título que eu mais gosto, é o título que eu mais amo, professora. Muito obrigada.

**LÍGIA CORTEZ** – Ótimo. Obrigada professora. A Neca gostaria de falar e depois o Cleverson.

**MARIA ALICE SETÚBAL** – Eu só queria aproveitar as palavras da Antônia, para reforçar que a gente teve um Conselho atípico hoje, mas é a importância, e a gente acabou passando, importância do mês de novembro da questão da Consciência Negra, e também relembrar que é o mês de novembro, mas que a gente aqui, enquanto Conselho da TV Cultura, e acho que a programação tem feito isso, a gente tem enfatizado que é um programa, que tem um programa liderado por uma pessoa negra na programação, mas sempre lembrando, o Enéas, eu acho que tem essa sensibilidade da importância de a gente ter essa pauta muito presente em toda a programação da TV Cultura, não só no mês de novembro, mas durante o ano inteiro. Então, que bom que você trouxe isso Antônia, para a gente não esquecer. Só reforçando e meu apoio a toda a fala anterior do Fabio.

**PRESIDENTE (Fabio Magalhães)** – Está bom. Só também lembrando na direção da Conselheira, e a Lucinéia também tem boas notícias, a Lucinéia não compareceu a essa reunião hoje, porque ela está representando a classe em um evento jurídico importante em Madrid, e ela também é candidata a Vice-presidente da OAB, que só essa indicação já mostra a relevância da nossa Conselheira na área jurídica. Então vale os nossos aplausos também. (Salva de palmas).

**LÍGIA CORTEZ** – Cleverson.



**CLEVERSON PEREIRA DE ALMEIDA** – Senhor Presidente, parece-me que observando a tela, que o Conselheiro Giovanni Rea, que foi mencionado agora no documento, parece que ele está reconectado. Eu não sei se o distinto Presidente quer retomar a temática que levantou ou não, porque me parece, apenas olhando pela tela que o nosso Conselheiro está reconectado.

**LÍGIA CORTEZ** – Bem, Giovanni Rea você saiu da reunião, e acho que teve um ponto importante que o Presidente Fabio colocou, e você pode ficar depois informado na Ata, e também responder ao Presidente como ele solicitou para você, e eu vou dar a palavra para o Presidente porque nós já estamos encerrando a reunião.

**GIOVANNI REA** – Eu estou à disposição, se quiser algum questionamento, eu estou à disposição.

**PRESIDENTE** (Fabio Magalhães) – Pode falar.

**GIOVANNI REA** – Eu não acompanhei Presidente o que foi falado, se o senhor tem algum questionamento, por favor.

**LÍGIA CORTEZ** – Eu posso falar. O Presidente leu o e-mail que o Senhor Conselheiro mandou para todos nós, e foi um e-mail bastante ofensivo para nós Conselheiros aqui.

**PRESIDENTE** (Fabio Magalhães) – E eu pedi explicações.

**LÍGIA CORTEZ** – E o Presidente pediu explicações na medida em que nós temos aqui, procuramos manter o respeito entre todos, o reconhecimento dos trabalhos de cada um dos Conselheiros e o uso de palavras...

**GIOVANNI REA** – Qual foi a dúvida, porque o e-mail que eu...

**LÍGIA CORTEZ** – As palavras foram ofensivas para todo o Conselho, e o Presidente gostaria então que você se manifestasse. Por favor, Giovanni.

**GIOVANNI REA** – É o seguinte, as palavras que eu usei não foram direcionadas aos Conselheiros. Quando..., eu repito a palavra que eu usei de canalhas, eu me referia às pessoas ou à pessoa que promoveu essa denúncia anônima contra o Carlos, e não foi uma ofensa direcionada aos Conselheiros, e sim, eu quis frisar que esse tipo de atitude, esse tipo de conduta, de expediente, é típico de pessoas canalhas, de pessoas que agem tentando macular a imagem dos outros. Agora, se a carapuça serviu a alguém, aí já foge ao meu controle, mas o meu intento foi de frisar que a conduta de quem o fez, por ser anônimo, não sabemos quem é, eu particularmente fui vítima disso, e isso para mim, reitero, não me retrato, é uma canalhice. Não estou dizendo isso ao Conselho, estou frisando que a canalhice está na atitude de quem fez esse tipo de denúncia. Agora, se houve alguma interpretação extensiva e incorreta do que eu escrevi..., de novo, foge ao meu controle. A explicação está dada.

**LÍGIA CORTEZ** – Gostaria de falar Matias?

**ANTÔNIA JACINTO MATIAS** – Eu gostaria sim de me dirigir ao Conselheiro Giovanni, por quem eu tenho apreço, até por outras contribuições que ele trouxe, dizendo que, me parece que sem dúvida nenhuma, a sua comunicação foi infeliz, porque na medida em que o Senhor está se referindo a quem fez a denúncia anônima, por ser anônima, aqui não seria o palco para nós reclamarmos dessa pessoa anônima, e dá entender que esse tipo de denúncia pode ter a ver com relações que existem a partir deste Conselho, ou de pessoas deste Conselho. Então apenas como amigo, companheiro de Conselho, eu pediria apenas que você qualificasse um pouco melhor essa sua manifestação. Eu já



lamentei aqui essa denúncia anônima, que trouxe um grande constrangimento para o Conselho, já ouvimos todas as explicações, inclusive da Presidência quanto a forma como se explicou, e quanto a preservação da figura do Carlos Magalhães, de maneira que a mim me causou muita estranheza a forma tão contundente, o uso de palavras como Camorra, como Canalha, que não são aparentemente, aparentemente não, não são na realidade condizentes com o espírito que nós temos nessa casa. Então, eu estou apenas manifestando a minha estranheza quanto a forma, e sabendo agora da sua intenção, acho que a forma foi bastante inadequada.

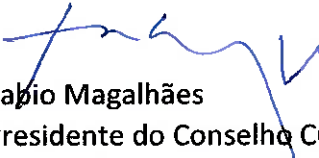
**LÍGIA CORTEZ** – Perfeito. Muito obrigada Matias. Eu acho que com isso a gente pode concluir a reunião, agradecer as explicações do Conselheiro Giovanni Rea, o qual nós todos também temos aqui como colega bastante apreço por estar nesse Conselho, e por dar muito valor ao Conselho, mas a gente aceita as suas explicações, mas gostaria que nas próximas vezes, as palavras fossem cuidadas porque é parte da cultura, da civilidade, para que a gente trabalhe em coletivo melhor, e que isso não ofenda as pessoas. Acho que não é o caso de carapuça, não é? Eu acho que implicitamente na sua fala existe talvez um pedido e..., espero que sim, de desculpas, mas de qualquer forma a gente entende a sua explicação e a que você se referiu. Muito obrigada. Acho que a gente já pode...

**GIOVANNI REA** – Ligia, eu peço desculpas se ofendi alguém, mas para o direcionamento que eu fiz eu não me retrato, porque eu continuo reafirmando que a conduta de quem o fez é bastante infeliz e é cheia de maldade. Se eu ofendi alguém eu peço desculpas, não foi minha intenção ofender qualquer um os Conselheiros, a minha intenção foi manifestar a minha indignação com a conduta de quem o fez.

**LÍGIA CORTEZ** – Que bom Giovanni. Eu só gostaria de falar uma coisa, o Presidente tomou muito cuidado na hora de redigir essa pauta, particularmente eu estou falando, ele teve toda a discricção e o cuidado com todos os envolvidos...

**PRESIDENTE** (Fabio Magalhães) – Com a presença do Carlos Magalhães, com o aceite do Carlos Magalhães, é bom que se diga. Eu não fiquei satisfeito com a explicação do Giovanni Rea, eu continuo lamentando, continuo achando totalmente inadequada, essa é a minha posição. Está encerrada a reunião, agradeço a todos o esforço de participar de um tema tão espinhoso. Acho que tratamos bem, e acho que preservamos o Carlos Magalhães que isso é muito importante. Bom dia a todos.

**NOTA:** Foram atendidas e incluídas, as observações do Conselheiro Giovanni Rea referente à supressão de alguns trechos na transcrição da Ata, nas páginas 15 e 28.

  
Fabio Magalhães  
Presidente do Conselho Curador

  
Lígia Maria Camargo Silva Cortez  
Secretária da Mesa Diretora do Conselho Curador

PRENOTADO  
4º RCPJ/SP



Reunião Ordinária do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta - Ce  
Paulista de Rádio e TV Educativas, realizada aos treze dias do mês de  
novembro de 2024, às 9h, na Rua岑尼 Sbrighi, 378 - Bairro Água Branca

1. Cleverson Pereira de Almeida
2. FABIO AREUDA MORTARA
3. ANDRÉ LAHOZ MENDONÇA DE BARROS
4. ANTONIO JACINTO MATIAS
5. MARLI QUADROS LEITE
6. RENATO JANINE RIBEIRO
7. MILTON FLAVIO M. LAUTENPSCHLAGER
8. ~~Antonio Pereira~~
9. EUGÊNIO BUCCI
10. MARIA ALICE SETUBAL (NECA)
11. Luiza Romera de Moraes
12. José Paulo Nagliu
13. ANCO MENDONÇA
14. Renata de Almeida
15. Luiza Helena Guebara Pedagogos
16. Guilherme Ameston Campos do Sola
17. Mariana Marton Cordeiro
18. FABIO MACIELA E S
19. Lígia Maria Camargo Silva Cortez

A series of handwritten signatures and initials, some in blue and some in black ink, corresponding to the names in the list. Some signatures are crossed out with a diagonal line.

- 20.
- 21.
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
- 29.

PRENOTADO  
4º RCPJ/SP



TV Cultura (1)	suporte@tvcultura.com.br	196
TV Cultura (3)		196
SHEILA		172
GAUDÊNCIO TORQUATO		135
Giovanni Rea		124
Lígia Cortez		157
Beatriz Bracher		157
Djamila Ribeiro		138
Gabriel		154
malde vilas boas		155
carlosmagalhaes		85
MARIA HERMINIA TAVARES DE ALMEIDA		154
Prof Raul GUIMARAES - UNESP		116
Regina Santana		142
Cristine Takua		28
iPhone X (2)		20
Celso		22
GAUDÊNCIO TORQUATO		4

PRENOTADO  
4º RCPJ/SP



São Paulo, 7 de novembro de 2024.

Senhor (a) Conselheiro (a):

Tenho a satisfação de convocar Vossa Senhoria para a reunião ordinária do Conselho Curador, presencial e por videoconferência, que ocorrerá no próximo dia 13 de novembro (quarta-feira), às 09h, na Rua Cenno Sbrighi, 378, Água Branca. O estacionamento estará liberado.

Anexo os documentos abaixo mencionados, para sua apreciação:

- Pauta para os trabalhos da reunião;
- Extrato e ata da reunião do mês de outubro de 2024;
- Documento do Ministério Público – SIS-MPDigital nº 0695.0000570/2024

Aqueles que não puderem comparecer presencialmente, conseguirão acompanhar a reunião pela plataforma Zoom, por meio do link abaixo:

[REDACTED]  
ID da reunião: [REDACTED]

Senha [REDACTED]

Solicito confirmar sua presença para a reunião, e o café da manhã, que será servido a partir das 8h15, pelo e-mail: [REDACTED]

Tratando-se de reunião de relevante importância para a Fundação, solicito, com grande empenho, a participação de Vossa Senhoria.

Cordial abraço.

Fabio Magalhães  
Presidente do Conselho Curador

